

# FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG

CNPJ/MF nº 09.238.396/0001-84

Código perante a CVM: 138-4

Código ISIN: BRFTAGCTF004

## Administração e Distribuição



## Distribuição (Agente Autônomo)



O Fundo de Investimento em Participações TAG (“Fundo”) está ofertando um montante de, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 350 (trezentas e cinquenta) cotas, em série única, com preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por cota (“Cotas”), perfazendo o montante de até:

---

**R\$ 35.000.000,00**

(sem considerar a correção monetária sobre o valor das cotas)

---

As Cotas serão objeto de distribuição pública no Brasil, por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), mantido e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), coordenada pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, administradora do Fundo (“Administradora”), exclusivamente perante investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM 391”), e seu regulamento foi registrado 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2007, sob o nº 746682, tendo sido alterado e consolidado por deliberação do Administrador ou por Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, em 12, 13 e 18 de dezembro de 2007, 8 de janeiro e 12 e 19 de março de 2008, e 4 de maio de 2009, que se encontram devidamente registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12, 13 e 18 de dezembro de 2007, 8 de janeiro e 18 e 19 de março de 2008, e 8 de maio de 2009, sob os nºs 747315, 747450, 747784, 748990, 753722, 753901 e 781094, respectivamente (“Regulamento”).

A presente oferta pública de distribuição de Cotas da segunda emissão do Fundo (“Oferta”) foi aprovada em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 4 de maio de 2009.

**A Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2009/009, em 16 de junho de 2009.** As Cotas foram admitidas à negociação no Sistema de Fundos Fechados (“SFF”), mantido e operacionalizado pela CETIP.

A Administradora e a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. (“Gestora”), gestora da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), mantêm sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, o que não garante a completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, o Fundo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços, da companhia investida, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. **A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 11 e 13 deste Prospecto.**

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar que recebeu exemplar deste Prospecto, do Prospecto Preliminar e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora e aos demais prestadores de serviços, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor. **Este fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.**

**Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas do Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços, bem como das Cotas a serem distribuídas.**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidas com a Administradora e na CVM.

A data deste Prospecto Definitivo é 24 de junho de 2009.

# ÍNDICE

<b>Definições .....</b>	<b>1</b>
<b>Informações Básicas do Fundo.....</b>	<b>3</b>
<b>Sumário da Oferta .....</b>	<b>4</b>
<b>Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros.....</b>	<b>5</b>
<i>Outros Serviços.....</i>	<i>6</i>
<i>Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo .....</i>	<i>6</i>
Administradora .....	6
Gestora .....	6
Custodiante .....	7
<i>Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo.....</i>	<i>7</i>
Administradora e Gestora .....	7
Administradora e Custodiante.....	7
Gestora e Custodiante .....	8
<i>Atendimento aos Cotistas.....</i>	<i>8</i>
<b>Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos.....</b>	<b>9</b>
<i>Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo .....</i>	<i>9</i>
Taxa de Administração .....	9
Taxa de Performance .....	9
Taxa de Ingresso e Saída.....	9
<i>Outros Encargos do Fundo.....</i>	<i>9</i>
<b>Fatores de Risco.....</b>	<b>11</b>
<i>Riscos Relacionados à Liquidez.....</i>	<i>11</i>
Restrições ao Resgate e Liquidez Reduzida das Cotas do Fundo .....	11
Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo .....	11
<i>Riscos Relacionados à Companhia Investida e outros Investimentos do Fundo .....</i>	<i>11</i>
Pagamentos Condicionados ao Retorno dos Investimentos .....	11
Concentração e Riscos da Carteira.....	11
Interferências Legais aos Projetos da Companhia e Decisões Judiciais Desfavoráveis .....	11
Desempenho da Companhia Investida .....	12
Dificuldade de Acesso a Informações .....	12
<i>Riscos de Mercado.....</i>	<i>12</i>
Capacidade de Crédito .....	12
Uso de Derivativos.....	12
<i>Outros Riscos.....</i>	<i>13</i>
Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas.....	13
Não existência de Garantia de Rentabilidade.....	13
Descontinuidade.....	13
<b>Características da Oferta.....</b>	<b>14</b>
<i>Características da Oferta .....</i>	<i>14</i>
Oferta e Público Alvo .....	14
Quantidade, Espécie e Valor das Cotas.....	14
Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas .....	14
Aprovação da Oferta .....	14
Registro da Oferta .....	14
Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Cotas .....	14
Integralização das Cotas.....	15
Aplicação dos Recursos .....	15
Valor Mínimo de Investimento .....	15
Limitação ao Investimento por Entidade Fechada de Previdência Complementar .....	15

<i>Cronograma da Oferta</i> .....	16
<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta</i> .....	16
<i>Suspensão e Cancelamento da Oferta</i> .....	16
<i>Negociação de Cotas</i> .....	17
<i>Custos de Distribuição</i> .....	17
<i>Outras Informações</i> .....	17
<b>Características do Fundo</b> .....	<b>18</b>
<i>Informações Gerais sobre o Fundo</i> .....	18
Base Legal.....	18
Público Alvo .....	18
Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo .....	18
Prazo de Duração .....	18
Foro.....	19
<i>Prestadores de Serviços</i> .....	19
<i>Objetivo e Investimentos do Fundo</i> .....	19
Objetivo do Fundo .....	19
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.....	19
<i>Informações sobre a Companhia Investida</i> .....	19
<i>Cotas, Negociação e Transferência</i> .....	20
Características das Cotas.....	20
Cotas Emitidas no Âmbito da Primeira Distribuição Pública de Cotas do Fundo .....	20
Emissão e 2ª Distribuição das Cotas .....	20
Subscrição e Integralização das Cotas .....	20
Valor Mínimo e Máximo de Investimento .....	20
Negociação de Cotas .....	21
Transferência das Cotas .....	21
<i>Amortização e Resgate de Cotas</i> .....	21
Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo .....	21
Resgate.....	22
<i>Desinvestimento</i> .....	22
Liquidação do Fundo .....	22
<i>Outras Informações Importantes</i> .....	23
Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos .....	23
Política de Divulgação de Informações.....	23
<b>Administração e Gestão</b> .....	<b>25</b>
<i>Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo</i> .....	25
<i>Obrigações da Administradora</i> .....	25
<i>Obrigações da Gestora</i> .....	26
<i>Vedações à Administradora e à Gestora</i> .....	26
<i>Substituição da Administradora e/ou da Gestora</i> .....	26
<b>Assembleia Geral de Cotistas</b> .....	<b>28</b>
<i>Periodicidade</i> .....	28
<i>Convocação</i> .....	28
<i>Quorum de Instalação</i> .....	28
<i>Legitimidade</i> .....	28
<i>Competência</i> .....	28
<i>Quorum de Deliberação</i> .....	29
<i>Consulta Formal</i> .....	29

<i>Registro das Deliberações</i> .....	29
<b>Comitê De Investimentos</b> .....	<b>30</b>
<i>Composição</i> .....	30
<i>Mandato</i> .....	30
<i>Remuneração</i> .....	30
<i>Periodicidade das Reuniões</i> .....	30
<i>Convocação</i> .....	30
<i>Quorum de Instalação</i> .....	31
<i>Competência</i> .....	31
<i>Quorum de Deliberação</i> .....	31
<i>Consulta Formal</i> .....	31
<i>Registro de Deliberações</i> .....	32
<i>Conflito de Interesses</i> .....	32
<b>Regras de Tributação do Fundo</b> .....	<b>33</b>
<i>Tributação Aplicável aos Cotistas</i> .....	33
IOF/Títulos.....	33
IOF/Câmbio .....	33
Imposto de Renda .....	33
<i>Tributação Aplicável ao Fundo</i> .....	34
IOF/Títulos.....	34
Imposto de Renda .....	34
<b>Anexos</b> .....	<b>35</b>
<i>Regulamento do Fundo</i> .....	35
<i>Declaração do Fundo e da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400</i> .....	35
<i>Declaração da Administradora, nos termos do Anexo III, item 8, da Instrução CVM 400</i> .....	35
<i>Minuta do Modelo de Compromisso de Investimento</i> .....	35
<i>Minuta do Modelo de Boletim de Subscrição</i> .....	35

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

<b>Administradora ou Mellon</b>	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>ANDIMA</b>	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de Encerramento da Oferta.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de Início da Oferta, publicado no jornal “Diário Mercantil” em 24 de junho de 2009.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
<b>Auditores Independentes</b>	<b>ou</b> RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S.
<b>Boucinhas</b>	
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Boletim de Subscrição</b>	Boletim de subscrição de Cotas, a ser assinado pelo Cotista durante o Prazo de Distribuição.
<b>BM&amp;FBovespa</b>	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Carteira</b>	Carteira de investimentos do Fundo.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>CetipNET</b>	Sistema de Negociação Eletrônica de Títulos – CetipNET, disponibilizado pela CETIP a seus participantes, para lançamento de ofertas de compra ou venda de títulos negociados na CETIP.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Companhia Investida</b>	DBTRANS S.A.
<b>Compromisso de Investimento</b>	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento no Fundo de Investimento em Participações TAG, a ser assinado pelo Cotista ao ingressar no Fundo.
<b>Cota ou Cotas</b>	Cota ou Cotas do Fundo, em série única, com preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota.
<b>Cotista ou Cotistas</b>	Investidor ou Investidores Qualificados que invistam no Fundo, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
<b>Custodiante ou Bradesco</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Fundo</b>	Fundo de Investimento em Participações TAG.
<b>Gestora</b>	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
<b>Instrução CVM 391</b>	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
<b>Investidor Qualificado</b>	Investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
<b>IPCA</b>	Índice de preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<b>MDA</b>	Módulo de Distribuição de Ativos, mantido e operacionalizado pela CETIP.
<b>Oferta</b>	A segunda oferta pública de distribuição de Cotas.
<b>País ou Brasil</b>	República Federativa do Brasil.
<b>Período de Desinvestimento</b>	Período de 2 (dois) anos, seguinte ao término do Período de Investimento, durante o qual os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada, a critério do Comitê de Investimentos, visando à otimização do desinvestimento pelo Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembleia Geral.
<b>Período de Distribuição</b>	Período de distribuição das Cotas, correspondente a 180 (cento e oitenta) dias da data de registro da Oferta na CVM, prorrogável mediante aprovação da Assembleia Geral.
<b>Período de Investimento</b>	Período de 5 (cinco) anos, contado do início do Prazo de Duração, no qual serão realizados os investimentos do Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembleia Geral.
<b>Prazo de Duração</b>	Período de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas do Fundo.
<b>Prospecto Definitivo ou Prospecto</b>	Este Prospecto Definitivo da Oferta.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O Prospecto Preliminar da Oferta.

**Regulamento**

**Resolução CMN 2.689**

**SFF**

**Taxa de Administração**

Regulamento do Fundo, alterado e consolidado em 4 de maio de 2009, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2009, sob o nº 781094.

Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.

Sistema de Fundos Fechados, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Remuneração devida pelo Fundo à Administradora e demais prestadores de serviços do Fundo, correspondente a um percentual variável decrescente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

## INFORMAÇÕES BÁSICAS DO FUNDO

<b>Denominação</b>	Fundo de Investimentos em Participações TAG.
<b>CNPJ/MF</b>	09.238.396/0001-84.
<b>Tipo</b>	Fundo fechado.
<b>Administradora</b>	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Gestora</b>	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
<b>Custodiante</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S.
<b>Objeto</b>	Buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente da DBTRANS S.A. e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo.
<b>Prazo de Duração</b>	O Fundo tem prazo de duração de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas, podendo este prazo ser reduzido ou prorrogado, por deliberação da Assembleia Geral.
<b>Classes de Cotas</b>	Haverá apenas 1 (uma) classe de Cotas, atribuindo iguais direitos aos seus titulares.
<b>Número de Cotas a serem emitidas</b>	O Fundo emitirá e distribuirá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 350 (trezentas e cinquenta) Cotas.
<b>Preço de Emissão</b>	As Cotas serão subscritas pelo preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
<b>Forma de colocação das Cotas Público-Alvo</b>	Oferta realizada por meio do MDA. O Fundo será destinado à aplicação exclusivamente por planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros Investidores Qualificados que busquem rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.
<b>Valor Mínimo de Aplicação no Fundo</b>	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
<b>Prazo para Integralização das Cotas</b>	O prazo para integralização das Cotas da Oferta é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro da Oferta na CVM e prorrogável mediante aprovação da Assembleia Geral.
<b>Negociação de Cotas</b>	As Cotas foram admitidas à negociação no mercado secundário no SFF, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados. Será possível, ainda, o lançamento de ofertas de compra ou venda de Cotas por meio do CetipNET.
<b>Taxa de Administração e demais Encargos</b>	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída de Cotistas.
<b>Publicidade de Informações sobre o Fundo</b>	As informações relevantes relativas ao Fundo serão divulgadas diretamente aos Cotistas, por carta, fax ou e-mail. As convocações de Assembleias Gerais poderão, alternativamente, ser realizadas mediante publicação no jornal “Diário Mercantil”, correspondência, telegrama, e-mail, fax ou qualquer outro meio de comunicação inequívoca, encaminhado a cada Cotista.
<b>Informações Complementares</b>	Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidas com a Administradora e/ou a Gestora, nos endereços e <i>sites</i> constantes da seção “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros” ou com a CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP ( <a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a> ) ou a CETIP, na Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, São Paulo, SP ( <a href="http://www.cetip.com.br">www.cetip.com.br</a> ). As informações constantes dos <i>sites</i> da Administradora e da Gestora não são parte integrante e nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.
<b>Declarações</b>	As declarações do Fundo e da Administradora, nos termos do artigo 56 e do Anexo III, item 8, da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

## SUMÁRIO DA OFERTA

<b>Aprovação da Oferta</b>	A Oferta foi aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas do Fundo em 4 de maio de 2009.
<b>Cotas Ofertadas</b>	Entre 10 (dez) e 350 (trezentas e cinquenta) Cotas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal.
<b>Data de Emissão das Cotas</b>	Para fins de registro das Cotas na CETIP, será considerada como data de emissão das Cotas a data da concessão do registro da Oferta pela CVM (16 de junho de 2009).
<b>Preço de Emissão das Cotas</b>	No âmbito da Oferta, as Cotas serão emitidas com preço de emissão inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota.
<b>Valor total da Oferta</b>	Entre R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).
<b>Procedimento da Distribuição</b>	Após a concessão do registro da Oferta e a publicação do Anúncio de Início, a Administradora acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da segunda emissão de Cotas do Fundo, por meio da assinatura de Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição. A integralização das Cotas deverá obedecer ao disposto no Regulamento e no presente Prospecto. A conclusão da Oferta será informada ao mercado por meio de Anúncio de Encerramento, publicado no jornal “Diário Mercantil”.
<b>Regime de colocação</b>	A colocação das Cotas será feita pela Administradora em regime de melhores esforços. A MG - Agentes Autônomos de Investimento Ltda. foi contratada para atuar como agente autônomo de investimentos na distribuição das Cotas.
<b>Prazo para Subscrição das Cotas</b>	As Cotas objeto da presente Oferta devem ser subscritas durante o Período de Distribuição.
<b>Integralização das Cotas</b>	Durante o Período de Investimento, os Cotistas serão chamados pela Administradora a integralizar as Cotas por eles subscritas, mediante chamadas de capital que deverão ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis em relação à data limite para integralização de Cotas.
<b>Prazo para Integralização das Cotas da Oferta</b>	O prazo para integralização das Cotas da Oferta é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro da Oferta na CVM, prorrogável mediante aprovação da Assembleia Geral.
<b>Forma de Pagamento</b>	A integralização das Cotas do Fundo será realizada por meio do MDA, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED).
<b>Valor Mínimo de Subscrição</b>	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).



## IDENTIFICAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E OUTROS

Esta seção contém a identificação dos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, bem como da Administradora e da Gestora, que poderão prestar esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta.

### 1. Administradora

#### **BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares

Rio de Janeiro – RJ

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3219-2618

Fax: (21) 3974-4501

E-mail: [fip@bnymellon.com.br](mailto:fip@bnymellon.com.br)

Website: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

### 2. Gestora

#### **BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.**

Avenida Borges de Medeiros, nº 633, salas 401-403 (parte)

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sergio Lima

Tel.: (21) 3219-2401 / 3219-2402

Fax: (21) 3219-2501

E-mail: [cashmanagement@bnymellon.com.br](mailto:cashmanagement@bnymellon.com.br)

Website: <http://www.bnymellon.com.br/am>

### 3. Custodiante

#### **Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n

Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara

Osasco – SP

At.: Ronaldo Lopes Costa

Tel.: (11) 3684-5170

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: [4010.ronaldol@bradesco.com.br](mailto:4010.ronaldol@bradesco.com.br)

Website: [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br)

### 4. Auditor Independente

#### **RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S**

Rua da Candelária, 60 - 12º andar

Rio de Janeiro - RJ

At.: Toshio Nishioka

Tel.: (11) 2223-2433

Fax: (11) 2263-9510

E-mail: [nishioka@boucinhasconti.com.br](mailto:nishioka@boucinhasconti.com.br)

Website: [www.boucinhasconti.com.br](http://www.boucinhasconti.com.br)

## **5. Consultor Legal**

### **Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados**

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 32º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Alexandre Hildebrand Garcia

Tel.: (21) 3824-1044

Fax: (21) 2262-5536

E-mail: ahg@bmalaw.com.br

Website: www.bmalaw.com.br

### ***Outros Serviços***

A Administradora poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro da Companhia Investida, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado que as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, estão limitadas ao valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, podendo este limite ser alterado por deliberação da Assembleia Geral.

### ***Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo***

#### ***Administradora***

O BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma empresa subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras por meio do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é um dos maiores prestadores de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, provendo serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. O BNY Mellon Serviços Financeiros combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais, resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, operando em 34 países e atendendo a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores em serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes.

Endereços e contatos da sede:

Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Carla Lopes

E-mail: fip@bnymellon.com.br

Website: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

Tel: (21) 3219-2500

Fax: (21) 3974-4501

#### ***Gestora***

O BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, independente e voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros no Brasil, devidamente autorizada à prestação

dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 9.428, expedido em 23 de julho de 2007.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais, resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, operando em 34 países e atendendo a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores em serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes.

Endereços e contatos da sede:

Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401-403, Leblon, Rio de Janeiro, RJ

Contato: Sergio Lima

E-mail: [cashmanagement@bnymellon.com.br](mailto:cashmanagement@bnymellon.com.br)

Website: <http://www.bnymellon.com.br/am>

Tel: (21) 3219-2401 / 3219-2402

Fax (21) 3219-2501

#### *Custodiante*

O Banco Bradesco S.A., por meio de seu Departamento de Ações e Custódia, aqui denominado “Bradesco Custódia”, está estruturado para prestação de serviços de custódia, controladoria e administração de fundos de investimento, além de outros serviços voltados para o mercado de capitais, tais como escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de recebíveis, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 (trinta) anos, contando com infraestrutura totalmente segregada das dependências e transações do Banco.

O Bradesco Custódia prioriza incansavelmente a qualidade dos serviços ofertados aos seus clientes. Comprometido com este objetivo e atuando de forma totalmente aderente à política de qualidade do Banco Bradesco S.A., já foram obtidas 10 (dez) certificações ISO 9001:2000 e 3 (três) certificações “*GoodPriv@cy Data Protection Label*” (Gestão da Privacidade de Dados), que estão diretamente relacionadas aos serviços prestados para os diversos produtos sob sua responsabilidade.

Especificamente para a área de custódia são mantidos sistemas do mercado apropriados, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que possibilita a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

#### ***Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo***

##### *Administradora e Gestora*

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Gestora pertencem ao mesmo grupo econômico, o BNY Mellon Group. A Administradora e a Gestora mantêm uma política de segregação de suas atividades, de forma que a prestação dos serviços de administração e gestão da Carteira pela Administradora e pela Gestora não conflita de nenhuma maneira com os interesses do Fundo.

##### *Administradora e Custodiante*

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Oferta, a Administradora e o Custodiante mantêm, na data deste Prospecto, relacionamento comercial, existente em razão de o Custodiante prestar à Administradora serviços bancários em geral, entre eles, a manutenção de contas correntes em nome da Administradora. Além disso, a Administradora é administradora de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Administradora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar esses ou outros serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

### *Gestora e Custodiante*

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Oferta, a Gestora e o Custodiante não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial salvo aquele existente em razão de a Gestora ser gestora da carteira de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Gestora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

### *Atendimento aos Cotistas*

A Administradora mantém Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, através do “Fale Conosco” no endereço <http://www.bnymellon.com.br/sf> ou do telefone (21) 3974-4600. A Ouvidoria poderá ser acessada pelo telefone 0800-7253219 ou através do endereço [www.bnymellon.com.br/sf](http://www.bnymellon.com.br/sf), sempre que as respostas as solicitações do cotista ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) não atenderem às expectativas.

## **REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS**

### ***Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo***

#### ***Taxa de Administração***

Como remuneração pela prestação de serviços de administração do Fundo, exceto os serviços de auditoria e de custódia, é devido pelo Fundo à Administradora e aos demais prestadores de serviços de administração o montante equivalente a:

- 0,20% a.a. (vinte centésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, se este for igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- 0,175% a.a. (cento e setenta e cinco milésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, se este for superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); ou
- 0,15% a.a. (quinze centésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, se este for superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Não obstante a forma de remuneração acima, a Administradora fará jus a uma remuneração mínima mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

A remuneração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela Administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração indicada acima.

#### ***Taxa de Performance***

Não será cobrada taxa de performance do Fundo.

#### ***Taxa de Ingresso e Saída***

Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos Cotistas.

### ***Outros Encargos do Fundo***

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração prevista na seção “Taxa de Administração”, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pela Administradora:

- emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira;
- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstos na regulamentação aplicável;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleias Gerais, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral;

- taxa de custódia dos ativos integrantes da Carteira; e
- despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral.

Quaisquer outras despesas, que não estejam expressamente previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta da Administradora, salvo decisão contrária da Assembleia Geral.

## FATORES DE RISCO

*O investimento nas Cotas envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Regulamento e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Administradora e da Gestora na data deste Prospecto. Riscos adicionais atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem afetar ao Fundo de forma adversa.*

*As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, e podem ser adversa e materialmente afetadas por quaisquer dos fatores de risco indicados abaixo, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos Cotistas.*

### ***Riscos Relacionados à Liquidez***

#### ***Restrições ao Resgate e Liquidez Reduzida das Cotas do Fundo***

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de Cotas a qualquer momento. Dessa forma, um Cotista interessado em desfazer-se de seus investimentos no Fundo deverá lançar uma oferta de venda de suas Cotas no CetipNET, ou encontrar, sob a sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Qualificado. Considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Cotas. Os Cotistas devem estar cientes de que a liquidez das cotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

#### ***Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo***

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da Carteira antes do planejado, especialmente no caso das ações de emissão da Companhia Investida, há o risco de não haver demanda por esses ativos e/ou somente haver demanda a preços reduzidos devido à sua baixa liquidez no mercado, em prejuízo do patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos Cotistas.

### ***Riscos Relacionados à Companhia Investida e outros Investimentos do Fundo***

#### ***Pagamentos Condicionados ao Retorno dos Investimentos***

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos que sejam atribuídos aos valores mobiliários integrantes da Carteira e ao retorno do investimento na Companhia Investida. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas e/ou distribuir dividendos declarados em favor das ações de sua propriedade pela Companhia Investida está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

#### ***Concentração e Riscos da Carteira***

A política de investimentos do Fundo prevê a aplicação de 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em valores mobiliários de uma única companhia fechada (ver “Características do Fundo – Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira”), o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em ativos de um único emissor e de pouca liquidez. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos pela Companhia Investida, ou de seus setores econômicos de atuação.

O Fundo poderá, ainda, ser titular de 100% (cem por cento) das ações da Companhia Investida e/ou ser acionista controlador dessa companhia, hipóteses nas quais incorrerá nos riscos de ser responsabilizado por seus atos na qualidade de acionista controlador.

#### ***Interferências Legais aos Projetos da Companhia e Decisões Judiciais Desfavoráveis***

Eventuais alterações na legislação aplicável à Companhia Investida ou a seus setores de atuação poderá dificultar ou impedir a consecução de seus projetos, afetando o resultado de suas atividades, o que poderá causar um efeito prejudicial sobre a Companhia Investida e, consequentemente, ter um impacto negativo no valor das Cotas.

Adicionalmente, a Companhia Investida poderá vir a ser ré em demandas judiciais e, caso tais demandas venham a ser julgadas procedentes, seus negócios poderão ser afetados de forma adversa e material, o que poderá gerar uma perda patrimonial para o Fundo e os Cotistas.

#### *Desempenho da Companhia Investida*

Os investimentos na Companhia Investida envolvem riscos relativos ao seu desempenho e ao do setor em que atua, qual seja a prestação de serviços para embarcadores de carga rodoviária – produto vale-pedágio – e para usuários de veículos leves em geral (mercado de varejo), através do fornecimento dos meios de pagamento cupom, cartão *smart* e *tag*, utilizados para pagamento de pedágios e estacionamento.

Os riscos operacionais da Companhia Investida incluem, principalmente, (i) a necessidade da instituição de novos hábitos dos usuários na utilização dos novos serviços, em especial a substituição do dinheiro por vale-pedágio no segmento de transporte rodoviário de cargas, e (ii) a retaliação mercadológica da empresa líder e única concorrente no segmento de veículos leves (mercado de varejo).

Segundo análise da consultoria LFrating, os riscos relativos ao setor de atuação da Companhia Investida decorrem de: (i) uma estrutura legal em formação, para a instituição do serviço de vale-pedágio obrigatório nos deslocamentos de cargas por meio de transporte rodoviário; (ii) baixo conhecimento das normas legais sobre o vale-pedágio, por parte dos principais usuários, o que pode inibir ou retardar o desenvolvimento dos projetos; e (iii) embora haja baixa concorrência – apenas 4 (quatro) empresas autorizadas pela ANTT a atuarem na comercialização de vale-pedágio – todas as empresas do setor têm reconhecido porte financeiro.

Não há garantia quanto ao desempenho do setor de atuação da Companhia Investida e nem tampouco certeza de que o desempenho da Companhia Investida acompanhe *pari passu* o desempenho médio do setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho da Companhia Investida acompanhe o desempenho médio das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

#### *Dificuldade de Acesso a Informações*

Os investimentos do Fundo estarão concentrados em uma companhia fechada, que, embora tenha de adotar determinadas práticas de governança corporativa (ver “Características do Fundo – Objetivos do Fundo”), não está obrigada a observar as mesmas regras que as companhias abertas, relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida, e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da Carteira e das Cotas.

#### **Riscos de Mercado**

##### *Capacidade de Crédito*

Os ativos financeiros integrantes da Carteira podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

##### *Uso de Derivativos*

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, inclusive superiores ao valor investido. Ver “– Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas”.



## ***Outros Riscos***

### ***Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas***

Os Cotistas respondem ilimitadamente pelo passivo do Fundo, de modo que o patrimônio pessoal de cada Cotista poderá ser atingido, caso o Fundo sofra perdas patrimoniais superiores ao capital investido. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais de forma a cobrir os prejuízos sofridos pelo Fundo.

### ***Não existência de Garantia de Rentabilidade***

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

### ***Descontinuidade***

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral poderá reduzir o Prazo de Duração ou liquidar antecipadamente o Fundo. Nessas situações, os Cotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pelos demais prestadores de serviços do Fundo, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

### *Características da Oferta*

#### *Oferta e Público Alvo*

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil. A Oferta será conduzida pela Administradora, sob regime de melhores esforços, por meio do MDA. A MG - Agentes Autônomos de Investimento Ltda. foi contratada para atuar como agente autônomo de investimentos na distribuição das Cotas.

O público-alvo da Oferta é, exclusivamente, planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros Investidores Qualificados.

#### *Quantidade, Espécie e Valor das Cotas*

No âmbito da Oferta, serão emitidas, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 350 (trezentas e cinquenta) Cotas, todas com preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Cota, sem prejuízo da incidência de correção monetária nas condições estabelecidas abaixo, compreendendo o valor da Oferta entre R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).

#### *Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas*

As Cotas garantem a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no Regulamento e na regulamentação aplicável, inclusive (i) o direito de participar das Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas, e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo Fundo a título de amortização de Cotas e/ou as quantias atribuídas pela Companhia Investida ao Fundo, a título de dividendos, que venham a ser distribuídas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

#### *Aprovação da Oferta*

A Oferta foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 4 de maio de 2009.

#### *Registro da Oferta*

A Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2009/009, em 16 de junho de 2009.

#### *Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Cotas*

Ao ingressar no Fundo, cada Cotista deverá celebrar um Compromisso de Investimento, que constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento e conterá, além das disposições referentes ao valor comprometido do Cotista em relação ao Fundo, a previsão expressa de que a Administradora deverá, conforme orientação do Comitê de Investimentos e observado o disposto no Regulamento, realizar chamadas de capital, as quais o investidor estará obrigado a honrar.

Durante o Período de Distribuição, o cotista deverá assinar um ou mais Boletins de Subscrição, limitados ao valor por ele comprometido, no âmbito do respectivo Compromisso de Investimento. A integralização das Cotas subscritas poderá ocorrer à vista ou mediante chamadas de capital.

As chamadas de capital serão realizadas pela Administradora e poderão ocorrer durante todo o Período de Investimento, devendo ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis em relação à data limite para integralização das Cotas, mediante correspondência ou e-mail encaminhada aos Cotistas. A obrigação do Cotista de honrar as chamadas de capital realizadas após o Período de Investimento estará automaticamente extinta, e as Cotas não integralizadas serão canceladas, não sendo mais possível a cobrança do valor comprometido pelo Cotista que não tenha sido integralizado.

As Cotas deverão ser integralizadas ao preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por cota, corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou outro que vier a substituí-lo, mais 6% a.a. (seis por cento ao ano), *pro rata temporis*, a contar da data da primeira integralização de cotas do Fundo, realizada em janeiro de 2008 (“Correção Monetária”). Em qualquer caso, as chamadas de capital estarão limitadas ao valor total comprometido pelo Cotista, constante do respectivo Compromisso de Investimento, acrescido, se for o caso, da Correção Monetária.

A integralização das Cotas do Fundo será realizada por meio do MDA, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta do Fundo.

No ato de cada integralização de Cotas, o subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será devidamente autenticado pela Administradora ou emitido pela CETIP, conforme o caso.

O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo.

Verificada a mora do Cotista, o Fundo promoverá contra o Cotista processo de execução para cobrar as importâncias devidas a título de integralização de Cotas, incluindo a correção monetária pelo IGP-M, acrescidas da atualização monetária e multa previstas acima, servindo o Compromisso de Investimento, o Boletim de Subscrição e o aviso de chamada de capital como títulos extrajudiciais, nos termos do Código de Processo Civil Brasileiro.

As Cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias após a data indicada pela Administradora para sua integralização no âmbito da respectiva chamada de capital, observados os termos e condições previstos no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas, sendo que, nesta hipótese, o Fundo manterá o processo de execução em andamento para cobrança da atualização monetária e multa mencionadas acima.

#### *Integralização das Cotas*

Sem prejuízo das chamadas de capital mencionadas no item anterior, o prazo para subscrição e integralização das Cotas é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro da Oferta na CVM, cancelando-se as cotas não emitidas neste período, sendo o mesmo prorrogável mediante aprovação da Assembleia Geral.

#### *Aplicação dos Recursos*

As importâncias recebidas pelo Fundo a título de integralização das Cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do Fundo, sendo obrigatória a sua aplicação de acordo com a política de investimento do Fundo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos, no prazo de até 1 (um) dia útil a contar de seu recebimento, em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de valores mobiliários de emissão da Companhia Investida e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a parcela do patrimônio líquido do Fundo que não esteja investida de acordo com sua política de investimento será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos Cotistas, nas proporções das Cotas por eles detidas, a título de amortização de Cotas.

#### *Valor Mínimo de Investimento*

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

#### *Limitação ao Investimento por Entidade Fechada de Previdência Complementar*

Nenhum Cotista que seja entidade fechada de previdência complementar poderá, isoladamente, deter mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo, ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo.

Para efeito da limitação ora imposta, consideram-se pessoas ligadas ao Cotista sua(s) patrocinadora(s) e respectivas controladoras, controladas (direta ou indiretamente), coligadas ou sociedades sob controle comum.

## ***Cronograma da Oferta***

<b>Evento</b>	<b>Data de Realização / Data Prevista (*)</b>
Deliberação da Assembleia Geral de Cotistas para aprovar a Oferta	04.05.2009
Registro da Oferta na CVM	16.06.2009
Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início do Período de Distribuição	24.06.2009
Término do Período de Distribuição Término do prazo para integralização das Cotas Publicação do Anúncio de Encerramento	13.12.2009

(\*) Tais datas são meramente estimativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Administradora e da Gestora.

## ***Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta***

A Administradora pode, em nome do Fundo, requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Oferta.

Adicionalmente, a Assembleia Geral pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido da Administradora, em nome do Fundo, nos casos em que aprovado pela Assembleia Geral, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Se a Oferta for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado no jornal “Diário Mercantil”, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, e do Anúncio de Encerramento.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Início, a Administradora deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, por meio da entrega à Administradora do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

## ***Suspensão e Cancelamento da Oferta***

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à Oferta, por meio da entrega à Administradora de Compromissos de Investimento e da assinatura dos respectivos Boletins de Subscrição, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue à Administradora Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Oferta, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Oferta, conforme o caso.

### *Negociação de Cotas*

As Cotas foram admitidas à negociação, no mercado secundário, no SFF, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados. Será possível, ainda, o lançamento de ofertas de compra ou venda de Cotas por meio do CetipNET.

### *Custos de Distribuição*

Todos os custos de distribuição, quando existentes, serão responsabilidade da Administradora, sendo que os custos de distribuição previstos são:

<b>Custos</b>	<b>Custo Total (em R\$)</b>	<b>% em Relação ao valor da Oferta*</b>
Comissões		
<i>Comissão de Coordenação</i>	0	0%
<i>Comissão de Colocação</i>	0	0%
<i>Comissão de Garantia de Subscrição</i>	0	0%
<i>Outras Comissões</i>	0	0%
Custo Unitário de Distribuição	0	0%
Despesas decorrentes do Registro		
<i>Taxa de Registro de Distribuição</i>	R\$ 82.870,00	0,005%
<i>Outras Despesas de Registro</i>	R\$ 400,00	0%
Outros Custos		
<i>Advogados</i>	R\$ 15.000,00	0,001%
<i>Publicidade</i>	0	0%
<b>Total</b>	<b>R\$ 98.270,00</b>	<b>0,006%</b>

\* Considerando o valor médio da Oferta de R\$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais).

### *Outras Informações*

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora ou da Gestora, nos endereços indicados nas seções “Informações Básicas sobre o Fundo” e “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM e na CETIP apenas para consulta e reprodução.

## CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

### *Informações Gerais sobre o Fundo*

#### *Base Legal*

O Fundo de Investimento em Participações TAG é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 391.

#### *Público Alvo*

O Fundo destina-se à aplicação exclusivamente por planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros Investidores Qualificados.

Nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, são considerados Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e
- regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

#### *Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo*

O Fundo foi constituído em 5 de dezembro de 2007, sendo os atos constitutivos e regulamento do Fundo arquivados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2007, sob o nº 746682, tendo sido alterado e consolidado por deliberação do Administrador ou por Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, em 12, 13 e 18 de dezembro de 2007, 8 de janeiro e 12 e 19 de março de 2008, e 4 de maio de 2009, que se encontram devidamente registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12, 13 e 18 de dezembro de 2007, 8 de janeiro e 18 e 19 de março de 2008, e 8 de maio de 2009, sob os nºs 747315, 747450, 747784, 748990, 753722, 753901 e 781094, respectivamente.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 28 de dezembro de 2007, por meio do ofício CVM/SRE/Nº 2506/2008. O código do Fundo perante a CVM é 138-4.

#### *Prazo de Duração*

O Fundo terá prazo de duração de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas realizada em janeiro de 2008. O período de 5 (cinco) anos, contado do início do Prazo de Duração, será destinado a investimentos e o período de 2 (dois) anos, após o término do Período de Investimento, será destinado a desinvestimentos, sendo que, durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada, a critério do Comitê de Investimentos, visando a otimização do desinvestimento da Carteira.

A Assembleia Geral poderá (i) reduzir, a qualquer tempo, o Período de Investimento e/ou o Período de Desinvestimento; (ii) prorrogar, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, o Período de Investimento, sendo que, neste caso, a Assembleia Geral deverá se realizar com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data do término do Período de Investimento; ou (iii) prorrogar, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, o Período de Desinvestimento, sendo que, neste caso, a Assembleia Geral deverá se realizar com antecedência mínima de 1 (um) mês da data do término do Período de Desinvestimento.

## *Foro*

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

## ***Prestadores de Serviços***

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

## ***Objetivo e Investimentos do Fundo***

### *Objetivo do Fundo*

O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente da Companhia Investida, e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo.

A Companhia Investida deverá seguir, no mínimo, as práticas de governança corporativa previstas na Instrução CVM 391 e no Regulamento, quais sejam:

- proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- previsão de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e
- no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos itens anteriores.

### *Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira*

A Carteira será composta por, no mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente da Companhia Investida, sendo permitido ao Fundo aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, estes desde que considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, inclusive fundos de investimento administrados pela Administradora ou pela Gestora.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que não gere exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do Fundo.

O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos na Companhia Investida, bem como deter participação de até 100% (cem por cento) do capital da Companhia Investida.

Salvo se houver a aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedada a realização de operações pelo Fundo nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre a Administradora, a Gestora e/ou os Cotistas, e o investimento realizado.

## ***Informações sobre a Companhia Investida***

A Companhia Investida atua na prestação de serviços para embarcadores de carga rodoviária – produto vale-pedágio – e para usuários de veículos leves em geral (mercado de varejo), através do fornecimento dos meios de pagamento cupom, cartão *smart* e *tag*, utilizados para pagamento de pedágios e estacionamento.

Fundada em 2001, a Companhia Investida foi homologada pela ANTT para prestar serviços de fornecimento de vale-pedágio obrigatório para embarcadores e transportadores do Brasil.

Desde seu nascimento operando o vale-pedágio em forma de cupom eletrônico, a Companhia Investida introduziu, em 2005, o “Cartão DBTRANS Visa Vale-Pedágio” e, mais recentemente a *tag* “RFID”, sendo a única empresa no mercado a operar com mais de um meio de pagamento.

No mercado de varejo, a atuação da Companhia Investida com pedágios automáticos e estacionamentos começou em setembro de 2006, quando o “Auto Expresso” foi lançado em Porto Alegre, em todas as praças da rodovia “Freeway”, com a utilização da tecnologia de rádio frequência (RFID). Desde então a Companhia Investida vem ampliando a sua participação no mercado de varejo, pessoas físicas usuários de veículos automotores.

Em 2007 a empresa implantou o “Auto-Expresso” nos pedágios do DAER – RS e iniciou as operações do Auto-Expresso no Rio de Janeiro, instalando antenas no Centro Empresarial Mário Henrique Simonsen, no Shoppings Città America e no Shopping Recreio. Estas foram as primeiras experiências fora das rodovias.

Ao longo de 2008 a estratégia de atuação no varejo foi consolidada, com a instalação de antenas nos Shopping Centers da Rede Iguatemi (RJ, Porto Alegre), Praia de Belas (Porto Alegre), além do Shopping Tijuca (RJ). No final de 2008 a rede de estrada foi ampliada com a instalação nos pedágios da LAMSA – Linha Amarela do RJ.

De janeiro de 2009 até a data de emissão deste documento, em meados de abril de 2009, foram instaladas antenas nas Concessionárias BRITA e iniciadas as instalações da COVIPLAN, ambas no RS e também iniciadas as implantações na ECONORTE e VIAPAR, no Paraná. Também foram iniciadas as instalações no Shopping Rio-Sul, no RJ e no Shopping Moinhos, no RS.

Desde a sua constituição em 2007, o Fundo já capitalizou investimentos de R\$ 39.711.186,55 na Companhia Investida. Estes recursos têm sido e continuarão sendo utilizados no processo de abertura da rede de captura, no aprimoramento das soluções para o mercado de transportes e de varejo e na captação de novos clientes. A base atual de clientes do Auto-Expresso é da ordem de 25 mil veículos e no Vale-Pedágio de cerca de 650 contratantes de frete, entre embarcadores e transportadoras que perfazem 1.300 bases operacionais.

## ***Cotas, Negociação e Transferência***

### ***Características das Cotas***

As Cotas do Fundo corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da Carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades, dividido pelo número total de Cotas emitidas.

As Cotas terão a forma nominativa e serão escriturais, assegurando aos seus titulares direitos idênticos, sendo que sua propriedade presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada Cotista, ou por extrato expedido pela CETIP, conforme o caso.

### ***Cotas Emitidas no Âmbito da Primeira Distribuição Pública de Cotas do Fundo***

No âmbito da primeira distribuição de cotas do Fundo, encerrada em 22 de dezembro de 2008, foram emitidas e distribuídas aproximadamente 373 (trezentas e setenta e três) cotas.

### ***Emissão e 2ª Distribuição das Cotas***

O Fundo emitirá e distribuirá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 350 (trezentas e cinquenta) cotas, ao preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por cota, corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou outro que vier a substituí-lo, mais 6% a.a. (seis por cento ao ano), *pro rata temporis*, a contar da data da primeira integralização de cotas do Fundo, realizada em janeiro de 2008.

As Cotas foram registradas para distribuição no mercado primário no MDA.

### ***Subscrição e Integralização das Cotas***

O procedimento para a subscrição e integralização das Cotas da segunda emissão do Fundo encontra-se previsto na seção “Características da Oferta – Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Cotas”.

### ***Valor Mínimo e Máximo de Investimento***

O valor mínimo para subscrição por Cotista é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nenhum Cotista que seja entidade fechada de previdência complementar poderá, isoladamente, deter mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas, ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das Cotas. Para efeito da limitação ora imposta, consideram-se pessoas ligadas ao Cotista sua(s) patrocinadora(s) e respectivas controladoras, controladas (direta ou indiretamente), coligadas ou sociedades sob controle comum.



## *Negociação de Cotas*

As Cotas foram admitidas à negociação, no mercado secundário, no SFF, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados. Será possível, ainda, o lançamento de ofertas de compra ou venda de Cotas por meio do CetipNET.

## *Transferência das Cotas*

Adicionalmente à negociação das cotas por meio do SFF e do CetipNET, as Cotas poderão ser transferidas observadas as condições previstas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, do qual conste obrigatoriamente a quantidade e o valor das Cotas, devendo ser registrado em cartório de títulos e documentos e apresentado à Administradora e, se for o caso, à CETIP, como condição para a referida transferência.

As Cotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados e deverão aderir aos termos e condições do Fundo, por meio da assinatura e entrega à Administradora e à CETIP, se for o caso, dos documentos por estes exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como Cotistas.

Os Cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Cotas, especialmente aquelas realizadas fora do ambiente de negociação da CETIP, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Cotas adquiridas.

Os documentos mencionados acima deverão ser apresentados à Administradora por ocasião da liquidação do Fundo ou da amortização das Cotas, sendo que, no caso de não apresentação dos documentos, a Administradora reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do Fundo) ou da amortização.

## *Amortização e Resgate de Cotas*

### *Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo*

Os recursos provenientes da alienação dos valores mobiliários de emissão da Companhia Investida, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos de acordo com a política de investimento do Fundo, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de Cotas, pela Assembleia Geral. Neste caso, caberá à Administradora tornar operacional a decisão da Assembleia Geral no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

O Fundo poderá realizar a amortização de cotas exclusivamente com valores de principal, desde que haja prévia aprovação da Assembleia Geral e que o Comitê de Investimentos envie à Administradora as informações por esta solicitadas, necessárias à operacionalização dos respectivos pagamentos aos Cotistas. Nas hipóteses de não haver aprovação pela Assembleia Geral ou de não serem disponibilizadas as informações solicitadas pela Administradora, a amortização das Cotas abrangerá, necessariamente, rendimentos e juros.

A amortização de Cotas somente se tornou permitida após 1 (um) ano, contado da data da primeira aquisição, pelo Fundo, de valores mobiliários de emissão da Companhia Investida, o que ocorreu em 22 de fevereiro de 2008.

O Fundo ainda não promoveu nenhuma amortização de suas cotas.

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pela Companhia Investida, serão distribuídas aos Cotistas, na proporção das Cotas por eles detidas em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento pelo Fundo.

As amortizações de Cotas e os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão realizados por meio de sistema operacionalizado pela CETIP, podendo, alternativamente, ser feitos por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED).

Mediante aprovação da Assembleia Geral, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do Fundo, devendo a respectiva Assembleia Geral estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

O Fundo não poderá realizar amortizações de Cotas e/ou pagamentos de rendimentos aos Cotistas durante o período compreendido entre o envio de cada aviso de chamada de capital aos subscritores e a data limite para a integralização das respectivas Cotas.

## *Resgate*

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação do Fundo, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas acima.

## *Desinvestimento*

Durante o Período de Desinvestimento, a Gestora, conforme orientação do Comitê de Investimentos, promoverá a liquidação dos investimentos na Companhia Investida, sendo que o produto oriundo de tal liquidação será destinado à amortização de Cotas. Não obstante, a Gestora, conforme orientação do Comitê de Investimentos, poderá realizar o reinvestimento de parcela desses recursos em ativos líquidos, desde que para o fim exclusivo de manter reserva para o pagamento das despesas e obrigações do Fundo, até o final do Prazo de Duração.

A liquidação dos investimentos na Companhia Investida poderá ser feita de uma das formas a seguir, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, a critério do Comitê de Investimentos, maior resultado para os Cotistas:

- alienação em mercado de balcão não organizado, por meio de oferta pública inicial, ou não, de distribuição de ações de emissão da Companhia Investida, no Brasil, com ou sem esforços de colocação no exterior;
- alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil;
- exercício, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil, de opções de venda negociadas quando da realização dos investimentos ou em momento posterior; ou
- alienação por meio de transações privadas.

Caso, ao final do Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo na Companhia Investida não tenham sido integralmente liquidados, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre:

- a forma de liquidação desses ativos;
- a prorrogação do Período de Desinvestimento, para que a Gestora tenha período adicional para liquidar esses ativos; ou
- os procedimentos para a utilização desses ativos como forma de pagamento pelo resgate das cotas do Fundo, por ocasião de sua liquidação (Ver “– Liquidação do Fundo”).

## *Liquidação do Fundo*

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembleia Geral.

Por ocasião da liquidação do Fundo, a Gestora, conforme orientação do Comitê de Investimentos, promoverá a realização dos ativos integrantes da Carteira e o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas, na proporção de cada Cotista no patrimônio líquido do Fundo.

A realização dos ativos que compõem a Carteira poderá ser feita mediante sua alienação por meio de transações privadas, alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão, resgate de aplicações financeiras ou outras formas, a critério do Comitê de Investimentos. A Administradora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso a Gestora encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

Mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, a Administradora poderá promover a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, na proporção do número de Cotas detido por cada Cotista, mediante a utilização dos ativos integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate das Cotas.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.

## ***Outras Informações Importantes***

### ***Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos***

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das da Administradora e das da Gestora. O Fundo levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras do Fundo, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, sendo que, conforme previsto no Regulamento, somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira.

A avaliação do valor da Carteira será feita utilizando-se os seguintes critérios:

- a) títulos públicos – serão avaliados de acordo com os preços unitários de títulos públicos divulgados pelo mercado secundário da ANDIMA;
- b) títulos privados – a metodologia de avaliação observará necessariamente a seguinte ordem de prioridade:
  - caso o título possua taxa divulgada pela ANDIMA, a referida taxa será utilizada no cálculo do PU de mercado;
  - caso o título não possua taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado corresponderá à mediana dos preços fornecidos por um *pool* de *players* com forte participação no mercado (PIC);
  - quando os dados fornecidos no âmbito do inciso (b) não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o título será precificado usando a metodologia de precificação de monitoramento de *spread* de crédito por *rating* e intervalos de *duration*. O centro do intervalo é dado pela mediana dos *spreads* de crédito por *rating* e o intervalo de *duration* é calculado a partir de todos os dados coletados pelo departamento de precificação. A largura do intervalo (L) é de dois desvios padrão; e
  - quando não houver dados que possibilitem a precificação de acordo com os incisos acima ou o fluxo de amortização do título não seja pré-definido, a avaliação ocorrerá segundo a curva de aquisição do título.
- c) valores mobiliários de renda fixa – os valores mobiliários de renda fixa integrantes da Carteira serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, pelo seu custo de aquisição atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*.
- d) valores mobiliários de renda variável - serão utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&FBovespa, obtidas por um arquivo enviado pela própria BM&FBovespa.
  - As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas custo de aquisição.
  - Serão admitidas como alternativas de avaliação: (i) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (ii) contratação de empresa independente especializada e aprovada pela Administradora, nos termos da Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, e alterações posteriores, para determinação do valor econômico, sendo que tais ativos passarão a ser contabilizados pelo seu valor econômico.

### ***Política de Divulgação de Informações***

A Administradora deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, exceto com relação a informações sigilosas referentes à Companhia Investida, obtidas pela Administradora e/ou pela Gestora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da Companhia Investida. Em qualquer caso, a Administradora fica obrigada a enviar à CVM, simultaneamente, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Além disso, a Administradora deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Cotistas as seguintes informações relativas ao Fundo, em conformidade com o estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor:

- a) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil:
  - o valor do patrimônio líquido do Fundo; e
  - número de Cotas emitidas.
- b) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período:
  - a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
  - demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
  - os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor; e
  - a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da Carteira.
- c) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social:
  - as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
  - os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

É permitida a remessa das informações acima por meio eletrônico aos Cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Adicionalmente, será fornecido aos Cotistas, contra recibo, no ato de seu ingresso no Fundo: (i) exemplar do Regulamento e, em caso de distribuição de Cotas com elaboração de prospecto, exemplar do respectivo prospecto; (ii) breve descrição da qualificação e experiência profissional da Administradora e da Gestora na administração ou gestão de carteiras; e (iii) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha de arcar.

## ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

### *Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo*

O Fundo é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Os serviços de gestão da Carteira serão prestados pela BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Para maiores informações sobre a Administradora e a Gestora, ver “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

### *Obrigações da Administradora*

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo e do Regulamento, são obrigações da Administradora:

- a) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
  - os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
  - o livro de atas das Assembleias Gerais;
  - o livro de presença de Cotistas;
  - o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
  - os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo;
  - a documentação relativa às operações e ao patrimônio do Fundo.
- b) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- c) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- d) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou no Regulamento;
- e) elaborar, a partir das informações prestadas pelo Comitê de Investimentos, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e do Regulamento;
- f) fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, obtidos pela Administradora com o Comitê de Investimentos, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembleia geral, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- g) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises obtidos pela Administradora com o Comitê de Investimentos, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- h) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no item “a” acima até o término do mesmo;
- i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- j) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora;
- k) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- l) elaborar e divulgar as informações previstas no Regulamento e na legislação vigente;
- m) conforme orientação do Comitê de Investimentos, propor a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- n) firmar, em nome do Fundo, diretamente ou mediante procurador, acordos de acionistas da Companhia Investida ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo

efetiva influência na definição de sua política estratégica e gestão, mediante prévia e expressa orientação do Comitê de Investimentos;

- o) outorgar procuração para pessoa indicada pelo Comitê de Investimentos para comparecer e votar em assembleias gerais e especiais da Companhia Investida, devendo a referida pessoa seguir as instruções de voto transmitidas pelo Comitê de Investimentos, bem como dar conhecimento a respeito das deliberações e disponibilizar à Administradora e ao Comitê de Investimentos cópia da respectiva ata, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua assinatura;
- p) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Comitê de Investimentos; e
- q) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento e da legislação aplicável.

A Administradora, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, poderá contratar, às expensas do Fundo, empresas especializadas para a elaboração dos documentos mencionados nos itens “e”, “f” e “g” acima, observado o limite para despesas com a contratação de terceiros prevista no Regulamento do Fundo. Ver “Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros – Outros Serviços”

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos itens “f” e “g” acima, a Administradora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e à Companhia Investida, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

### ***Obrigações da Gestora***

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo, do Regulamento e do contrato de gestão firmado com o Fundo e a Administradora, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM 391, são obrigações da Gestora:

- a) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestora;
- b) comunicar à Administradora qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento;
- c) cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Comitê de Investimentos; e
- d) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento e da legislação aplicável.

### ***Vedações à Administradora e à Gestora***

É vedado à Administradora e à Gestora, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- a) receber depósito em conta corrente;
- b) contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- c) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- d) realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com as deliberações da Assembleia Geral ou do Comitê de Investimentos, ou sem a aprovação prévia e expressa deste último;
- e) negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- f) promover rendimento predeterminado aos Cotistas; e/ou
- g) aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

### ***Substituição da Administradora e/ou da Gestora***

A Administradora e/ou a Gestora devem ser substituídas nas hipóteses de (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM, (ii) renúncia, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos Cotistas e à CVM, ou (iii) destituição por deliberação da Assembleia Geral.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, Assembleia Geral para eleger seu substituto e/ou o substituto da Gestora, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembleia Geral.

No caso de renúncia, a Administradora e/ou a Gestora deverão permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do aviso prévio aos Cotistas e à CVM. Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem o substituto da Administradora e/ou da Gestora em

até 60 (sessenta) dias contados da comunicação da renúncia, ou nenhum prestador de serviços habilitado assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do prestador de serviços renunciante neste prazo, a Administradora convocará Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso, na referida Assembleia Geral, não haja quorum suficiente para deliberar sobre a matéria, a Administradora procederá automaticamente à liquidação do Fundo.

## **ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS**

### ***Periodicidade***

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

### ***Convocação***

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, alternativamente, mediante publicação no jornal “Diário Mercantil”, periódico utilizado para a publicação de informações do Fundo, correspondência, telegrama, e-mail, fax ou qualquer outro meio de comunicação inequívoca, encaminhado a cada um dos Cotistas, contado o prazo do envio da comunicação aos Cotistas. As convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e descrição das matérias a serem deliberadas.

A Assembleia Geral poderá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas.

Os Cotistas deverão manter atualizados perante a Administradora todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, fax e e-mail, para fins de recebimento da convocação de Assembleia Geral, bem como de outras comunicações previstas no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

### ***Quorum de Instalação***

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos Cotistas que representem a maioria, no mínimo, das Cotas e, em segunda convocação, com qualquer número.

Não se instalando a Assembleia Geral em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo a segunda convocação ser realizada juntamente com a primeira, ou, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto na seção – “Consulta Formal”.

### ***Legitimidade***

Poderão comparecer à Assembleia Geral, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembleia Geral ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito ou perante a CETIP, conforme o caso, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembleia Geral.

### ***Competência***

Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento do Fundo;
- c) deliberar sobre a destituição ou substituição da Administradora e/ou da Gestora e escolha de seu substituto;
- d) deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do Fundo;
- e) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- f) deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração da Administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- g) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- h) deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo;
- i) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento;



- j) deliberar sobre a redução do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento;
- k) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, que seja submetido pela Administradora à prévia apreciação da Assembleia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e à Companhia Investida, sendo que, neste caso, ficarão impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação;
- l) deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da Carteira na liquidação do Fundo;
- m) deliberar sobre a amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de Cotas; e
- n) aprovar a alteração dos limites para despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleias Gerais, bem como à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, ambos fixados em R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, nos termos do Regulamento.

### ***Quorum de Deliberação***

As deliberações de Assembleia Geral serão tomadas por votos que representem a maioria dos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, salvo com relação às deliberações mencionadas nos itens “b” a “i” acima, que serão tomadas por votos que representem, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) dos presentes.

### ***Consulta Formal***

As deliberações da Assembleia Geral poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da consulta, para respondê-la.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

### ***Registro das Deliberações***

As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em ata, ainda que em forma de sumário, a qual será assinada pelos Cotistas presentes, sendo suficiente para a validade da ata a assinatura de tantos Cotistas quantos bastem para constituir a maioria necessária à validade da deliberação, e/ou terá a ela anexada as manifestações de voto proferidas pelos Cotistas por meio de comunicação escrita ou eletrônica, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registrada no livro próprio.

As deliberações adotadas por meio de consulta formal serão registradas em ato lavrado pela Administradora, reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata de Assembleia Geral.

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

### *Composição*

O Fundo terá um Comitê de Investimentos, composto por 5 (cinco) a 11 (onze) membros, que aprovará e acompanhará os investimentos e desinvestimentos pelo Fundo, a performance de sua Carteira e as atividades da Administradora e da Gestora no cumprimento de suas obrigações referentes ao Fundo.

A eleição dos primeiros membros do Comitê de Investimentos foi realizada antes da primeira aquisição pelo Fundo de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia Investida.

Atualmente, os membros do Comitê de Investimentos são os seguintes:

MEMBROS	DATA DA ELEIÇÃO	FIM DO MANDATO
João Fernando Alves dos Cravos	19.02.2008	19.02.2010
Ademar Sato	19.02.2008	19.02.2010
Guilherme Siepmann	19.02.2008	19.02.2010
Ricardo Oliveira Azevedo	28.07.2008	28.07.2010
Mary Iraídes Borges Rodrigues	28.07.2008	28.07.2010
Jânio Fábio Machado Lessa	28.07.2008	28.07.2010
José Carlos Silveira Barbosa	22.12.2008	22.12.2010

Cada Cotista detentor de Cotas representando 10% (dez por cento) do total das Cotas terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, vedada a votação com as mesmas Cotas para a eleição dos demais membros do Comitê de Investimentos, se for o caso. O cotista que isoladamente tiver eleito membro ou membros para o Comitê de Investimentos poderá substituí-los, a qualquer tempo, independentemente da realização de Assembleia Geral e sem a substituição dos demais membros do Comitê de Investimentos.

A Administradora terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, o qual poderá ser substituído, a qualquer tempo, independentemente da realização de Assembleia Geral e sem a substituição dos demais membros do Comitê de Investimentos.

Os demais membros do Comitê de Investimentos serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelos cotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral.

Na hipótese de vaga em cargo ou cargos do Comitê de Investimentos, por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, o Comitê de Investimentos poderá deliberar, temporariamente, com um número inferior de membros até, no máximo, a próxima Assembleia Geral, quando o Comitê de Investimentos será recomposto.

### *Mandato*

O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição ou a renovação da indicação.

### *Remuneração*

Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do Fundo pelo desempenho de seus serviços.

### *Periodicidade das Reuniões*

O Comitê de Investimentos reunir-se-á, no mínimo, 1 (uma) vez por ano e sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

### *Convocação*

As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas, por escrito, através de carta, fax ou e-mail, destinado a todos os seus membros, por qualquer membro do Comitê de Investimentos, pela Administradora ou pela Gestora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com indicação de data, horário e local da reunião, e respectiva ordem do dia.

Independentemente de convocação, será considerada regular a reunião do Comitê de Investimentos a que comparecerem todos os Cotistas.

### ***Quorum de Instalação***

As reuniões do Comitê de Investimentos serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, podendo ser presenciais ou realizadas por meio de vídeo ou teleconferência.

### ***Competência***

O Comitê de Investimentos terá como funções:

- a) determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- b) decidir e informar a Gestora e a Administradora sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento em valores mobiliários de emissão da Companhia Investida e/ou em outros ativos, inclusive na hipótese de reinvestimento dos recursos provenientes de desinvestimentos, e sobre alterações na composição da Carteira, observada a política de investimento do Fundo;
- c) decidir sobre as questões relevantes de interesse do Fundo, inclusive aumento de participação na Companhia Investida, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- d) decidir sobre chamadas de capital para o Fundo, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o Regulamento;
- e) decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a Carteira, por ocasião da liquidação do Fundo, observado o Regulamento;
- f) acompanhar as atividades da Administradora e da Gestora no cumprimento de suas obrigações referentes ao Fundo;
- g) aprovar previamente:
  - a contratação dos prestadores de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo e de outros prestadores de serviços, inclusive serviços especializados de consultoria e assessoria que julgar necessários;
  - a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pelo Fundo, observado o Regulamento;
  - a integralização de Cotas por meio de títulos ou valores mobiliários, observado o Regulamento; e
  - a celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão da Companhia Investida.
- h) autorizar a prática pela Administração de atos dependentes de aprovação do Comitê de Investimentos nos termos do Regulamento;
- i) fornecer à Administradora as informações necessárias para elaboração do parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, bem como os estudos e análises de investimento que fundamentem as decisões a serem tomadas em assembleia geral, e suas respectivas atualizações periódicas, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- j) indicar representantes para comparecer e votar em assembleias gerais e especiais da Companhia Investida e transmitir-lhes as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas assembleias; e
- k) indicar membro(s) para ser (em) eleito(s) pelo Fundo para o conselho de administração e/ou conselho fiscal da Companhia Investida e transmitir-lhe as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas reuniões do conselho de administração e/ou do conselho fiscal da Companhia Investida, conforme aplicável.

### ***Quorum de Deliberação***

As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria de votos dos seus membros presentes, cabendo a cada membro 1 (um) voto.

### ***Consulta Formal***

As deliberações do Comitê de Investimentos poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da consulta, para respondê-la.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do membro do Comitê de Investimentos.

### ***Registro de Deliberações***

As deliberações do Comitê de Investimentos adotadas em reunião presencial serão registradas em ata, ainda que em forma de sumário, a qual será assinada pelos membros do Comitê de Investimentos presentes à reunião, sendo suficiente para a validade da ata a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir a maioria necessária à validade da deliberação, e entregue à Administradora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização. Na hipótese de reunião do Comitê de Investimentos por meio de vídeo ou teleconferência ou de consulta formal será lavrado ato da Administradora reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

### ***Conflito de Interesses***

Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar à Administradora, e esta deverá informar aos Cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, sendo que a atuação como diretor, membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, na Companhia Investida não importará qualquer restrição ou conflito com a atuação como membro do Comitê de Investimentos.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

*A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de valores mobiliários da Companhia Investida, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação fiscal e das normas emitidas pela CVM atualmente em vigor.*

*Os Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação específica a que estarão sujeitos enquanto Cotistas.*

### **Tributação Aplicável aos Cotistas**

#### **IOF/Títulos**

O resgate, a amortização, a cessão ou a repactuação das Cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de Dezembro de 2007, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações mencionadas com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

#### **IOF/Câmbio**

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas nos investimentos em Cotas efetuados por investidores residentes ou domiciliados no exterior, estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Excetuam-se dessa incidência as operações de câmbio realizadas por Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 2.689 (“Cotistas Qualificados”), cuja alíquota aplicável do IOF/Câmbio, atualmente, é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### **Imposto de Renda**

O imposto de renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior, e (ii) considerando os eventos financeiros que resultam no fato gerador do rendimento tributável: (a) a cessão ou alienação de Cotas; e (b) a amortização de Cotas.

#### **Cotistas do Fundo Residentes no Brasil**

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

Os ganhos auferidos pelos Cotistas serão apurados no momento que este ceder ou alienar suas Cotas a terceiros. Já os rendimentos auferidos por tais Cotistas serão verificados na hipótese de amortização das Cotas.

Na hipótese de amortização de Cotas, a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos pelos Cotistas corresponderá à diferença positiva entre o montante recebido a título de amortização, e o custo de aquisição das Cotas objeto dessa amortização. Assim, só haverá a incidência do imposto se o valor recebido a título de amortização for superior ao custo de aquisição dessas Cotas.

Os ganhos apurados por pessoa jurídica em operações realizadas fora de bolsa serão tributados como ganho líquido. Já os ganhos verificados por pessoa física, também em operações realizadas fora de bolsa, serão tributados de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. Em ambos os casos, a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento), e a base de cálculo do imposto equivale à diferença positiva entre o valor da cessão ou alienação e o custo de aquisição das Cotas objeto da cessão ou alienação.

Serão, de igual forma, tributados como ganho líquido as operações realizadas por pessoas jurídicas e físicas em operações realizadas em bolsa de valores, cuja a alíquota e base de cálculo são as mesmas informadas no parágrafo anterior.

Os dividendos distribuídos pela Companhia Investida e quando repassados pelo Fundo diretamente aos Cotistas estão isentos de tributação, de acordo com o § 13 do artigo 8º da IN SRF 25/01. No caso de juros sobre o capital próprio repassados diretamente aos Cotistas a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) no caso em que o beneficiário esteja localizado em jurisdição tida como de tributação favorecida.

#### Cotistas do Fundo Não Residentes no Brasil

Aos Cotistas Qualificados é aplicável tratamento tributário específico, determinado em função de residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (“Paraíso Fiscal”)

- *Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou quantidade de Cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter na Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento). Para este fim, considera-se pessoa ligada ao Cotista, na hipótese de pessoa física: (i) seus parentes até o 2º (segundo) grau; (ii) empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau; ou (iii) sócios ou dirigentes de empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau ou de pessoa jurídica controladora, controlada ou coligada. No caso de pessoa jurídica, considera-se pessoa ligada ao Cotista a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido na legislação aplicável.

- *Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal*

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item “–*Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*” acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao imposto de renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

#### ***Tributação Aplicável ao Fundo***

##### *IOF/Títulos*

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

##### *Imposto de Renda*

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

## **ANEXOS**

- I. Regulamento do Fundo***
- II. Declaração do Fundo e da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400***
- III. Declaração da Administradora, nos termos do Anexo III, item 8, da Instrução CVM 400***
- IV. Minuta do Modelo de Compromisso de Investimento***
- V. Minuta do Modelo de Boletim de Subscrição***

**REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG**

**CNPJ/MF nº 09.238.396/0001-84**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RJ  
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

**Capítulo I. Denominação e Espécie**

Artigo 1º. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG ("FUNDO"), comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento ("Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM nº 391/03") e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.456, de 1º de junho de 2007 ("Resolução CMN nº 3.456/07").

**Capítulo II. Objetivo**

Artigo 2º. O objetivo do FUNDO é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão exclusivamente de DBTRANS S.A., sociedade anônima fechada com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, nº 128, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.467.870/0001-26 ("Companhia Investida" e "Títulos ou Valores Mobiliários", respectivamente), e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO.

§ 1º. A Companhia Investida deverá seguir, no mínimo, as seguintes práticas de governança corporativa:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- II. previsão de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; e
- V. auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

§ 2º. A Companhia Investida deve obrigar-se formalmente, perante o FUNDO, no caso de abertura de seu capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no § 1º deste artigo.





### Capítulo III. Público Alvo

Artigo 3º. O FUNDO será destinado à aplicação exclusivamente por planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar e/ou outros investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

### Capítulo IV. Prazo de Duração

Artigo 4º. O FUNDO terá prazo de duração de 7 (sete) anos, contado da data da primeira integralização de cotas do Fundo ("Prazo de Duração").

§ 1º. O período de investimento do FUNDO será de 5 (cinco) anos, contado do início do Prazo de Duração ("Período de Investimento").

§ 2º. Esgotado o Período de Investimento, o FUNDO entrará no período de desinvestimento ("Período de Desinvestimento"), durante o qual os investimentos do FUNDO serão liquidados, de forma ordenada, a critério do Comitê de Investimentos, visando à otimização do desinvestimento pelo FUNDO.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral de Cotistas poderá:

- I. reduzir, a qualquer tempo, o Período de Investimento e/ou o Período de Desinvestimento;
- II. prorrogar, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, o Período de Investimento, sendo que, neste caso, a Assembléia Geral de Cotistas deverá se realizar com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data do término do Período de Investimento; ou
- III. prorrogar, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, o Período de Desinvestimento, sendo que, neste caso, a Assembléia Geral de Cotistas deverá se realizar com antecedência mínima de 1 (um) mês da data do término do Período de Desinvestimento.

### Capítulo V. Prestadores de Serviços de Administração e Outros

Artigo 5º. O FUNDO é administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997 ("ADMINISTRADOR").

Parágrafo Único. A carteira do FUNDO será gerida por BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401-403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.896.477/0001-09, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 9.428, de 23 de julho de 2007 ("GESTOR").

Artigo 6º. Os serviços de escrituração, controle de ativos e passivos, cálculo da cota, processamento e contabilidade do FUNDO serão prestados pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 7º. O ADMINISTRADOR, conforme orientação do Comitê de Investimentos, poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro da Companhia Investida, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o disposto no Artigo 45, inciso XI, deste Regulamento.



## Capítulo VI. Substituição do Prestador de Serviços de Administração e/ou Gestão

Artigo 8º. O prestador de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO deverá ser substituído nas seguintes hipóteses:

- I. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;
- II. renúncia; ou
- III. destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
4º OFÍCIO - RJ  
ANEXO AO DOCUMENTO Nº

§ 1º. Os prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO poderão renunciar à administração e/ou gestão do FUNDO, conforme o caso, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos cotistas e à CVM.

§ 2º. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto e/ou o substituto do prestador de serviços de gestão da carteira do FUNDO, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembléia Geral de Cotistas.

§ 3º. No caso de renúncia, o prestador de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo disposto no § 1º deste artigo. Caso os cotistas, reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, não indiquem o substituto do prestador de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO em até 60 (sessenta) dias contados da comunicação da renúncia, ou nenhum prestador de serviços habilitado assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do prestador de serviços renunciante neste prazo, o ADMINISTRADOR convocará Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do FUNDO e comunicará o evento à CVM. Caso, na referida Assembléia Geral de Cotistas, não haja quorum suficiente para deliberar sobre a matéria, o ADMINISTRADOR procederá automaticamente à liquidação do FUNDO.

§ 4º. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar prestador de serviços de administração temporário até a eleição da nova administração.

§ 5º. Nos casos de renúncia ou destituição, o prestador de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO continuará recebendo, até a sua efetiva substituição ou a liquidação do FUNDO, conforme o caso, a remuneração prevista no Capítulo XII deste Regulamento, calculada *pro rata temporis* até a data em que exercer suas funções.

## Capítulo VII. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Artigo 9º. Na realização dos investimentos e desinvestimentos do FUNDO, o ADMINISTRADOR e o GESTOR observarão estritamente as deliberações do Comitê de Investimentos, tomadas de acordo com o Capítulo X deste Regulamento.

Parágrafo Único. O GESTOR poderá, sem necessidade de prévia aprovação do Comitê de Investimentos, realizar desinvestimentos com relação a recursos investidos em ativos líquidos, desde que para o fim exclusivo de realizar o pagamento das despesas e obrigações do FUNDO, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da remuneração do ADMINISTRADOR, prevista no Capítulo XII deste Regulamento, e demais encargos a serem debitados diretamente do FUNDO, previstos no Capítulo XVI deste Regulamento.

Artigo 10º. A carteira do FUNDO será composta por, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de Títulos ou Valores Mobiliários.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
§ 1º. É permitido ao FUNDO aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, estes desde que considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, inclusive fundos de investimento administrados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR.

corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do FUNDO;

- V. riscos decorrentes de eventuais interferências legais aos projetos da Companhia Investida, bem como de demandas judiciais das quais a Companhia Investida venha a ser ré; e
- VI. riscos operacionais da Companhia Investida, que atua no setor de prestação de serviços para embarcadores de carga rodoviária – produto vale-pedágio – e para usuários de veículos leves em geral (mercado de varejo), através do fornecimento dos meios de pagamento cupom, cartão *smart* e *tag*, utilizados para pagamento de pedágios e estacionamentos, dentre os quais se destacam a necessidade da instituição de novos hábitos dos usuários na utilização dos novos serviços, em especial a substituição do dinheiro por vale-pedágio no segmento de transporte rodoviário de cargas, e a retaliação mercadológica da empresa líder e única concorrente no segmento de veículos leves (mercado de varejo).

§ 2º. Ao ingressar no FUNDO, os cotistas deverão atestar que concordam integralmente com todos os termos e condições deste Regulamento, especialmente aqueles referentes à política de investimento do FUNDO, estando cientes de todas as características, direitos e deveres vinculados às cotas, bem como de todos os riscos decorrentes do investimento no FUNDO.

### Capítulo VIII. Obrigações do Administrador e do Gestor

Artigo 13. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:
  - a. os registros de cotistas e de transferências de cotas;
  - b. o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas;
  - c. o livro de presença de cotistas;
  - d. o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
  - e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
  - f. a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO.
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- IV. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/03;
- V. elaborar, a partir das informações prestadas pelo Comitê de Investimentos, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 391/03 e deste Regulamento;
- VI. fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, obtidos pelo ADMINISTRADOR com o Comitê de Investimentos, que fundamentem as decisões a serem tomadas em assembléia



geral, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

- VII. se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises obtidos pelo ADMINISTRADOR com o Comitê de Investimentos, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;
- IX. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- X. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;
- XI. manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XII. elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XIX deste Regulamento;
- XIII. conforme orientação do Comitê de Investimentos, propor a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do FUNDO;
- XIV. firmar, em nome do FUNDO, diretamente ou mediante procurador, acordos de acionistas da Companhia Investida ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição de sua política estratégica e gestão, mediante prévia e expressa orientação do Comitê de Investimentos;
- XV. outorgar procuração para pessoa indicada pelo Comitê de Investimentos para comparecer e votar em assembléias gerais e especiais da Companhia Investida, devendo a referida pessoa seguir as instruções de voto transmitidas pelo Comitê de Investimentos, bem como dar conhecimento a respeito das deliberações e disponibilizar ao ADMINISTRADOR e ao Comitê de Investimentos cópia da respectiva ata, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua assinatura;
- XVI. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos; e
- XVII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento e da legislação aplicável.

§ 1º. O ADMINISTRADOR, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, poderá contratar, às expensas do FUNDO, empresas especializadas para a elaboração dos documentos mencionados nos incisos V, VI e VII deste artigo, observado o disposto no Artigo 45, inciso XI, deste Regulamento.

§ 2º. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e à Companhia Investida, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Artigo 14. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da



firmado com o FUNDO e o ADMINISTRADOR, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM nº 391/03, são obrigações do GESTOR:

- I. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR;
- II. comunicar ao ADMINISTRADOR qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO de que tenha conhecimento;
- III. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos; e
- IV. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento e da legislação aplicável.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RJ  
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

## **Capítulo IX. Vedações ao Administrador e ao Gestor**

Artigo 15. É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades estabelecidas pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas ou do Comitê de Investimentos, ou sem a aprovação prévia e expressa deste último;
- V. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- VI. promover rendimento predeterminado aos cotistas; e/ou
- VII. aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

## **Capítulo X. Comitê de Investimentos**

Artigo 16. O FUNDO terá um Comitê de Investimentos, composto por 5 (cinco) a 11 (onze) membros, que aprovará e acompanhará os investimentos e desinvestimentos pelo FUNDO, a performance de sua carteira de aplicações e as atividades do ADMINISTRADOR e do GESTOR no cumprimento de suas obrigações referentes ao FUNDO ("Comitê de Investimentos"), sendo certo que a eleição dos primeiros membros do Comitê de Investimentos será realizada antes da primeira aquisição pelo FUNDO de Títulos ou Valores Mobiliários.

§1º. Salvo pelo disposto nos §§ 3º e 4º abaixo, os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelos cotistas do FUNDO reunidos em Assembléia Geral de Cotistas.

§2º. Cada cotista detentor de cotas representando 10% (dez por cento) do total de cotas emitidas pelo FUNDO terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, vedada a votação com as mesmas cotas para a eleição dos demais membros do Comitê de Investimentos, se for o caso.

§3º. O ADMINISTRADOR terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos, o qual poderá ser substituído, a qualquer tempo, independentemente da realização de Assembléia Geral de Cotistas e sem a substituição dos demais membros do Comitê de Investimentos.



§4º. O cotista que isoladamente tiver eleito membro ou membros para o Comitê de Investimentos, poderá substituí-los, a qualquer tempo, independentemente da realização de Assembléia Geral de Cotistas e sem a substituição dos demais membros do Comitê de Investimentos.

§5º. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição ou a renovação da indicação.

§6º. Na hipótese de vaga em cargo ou cargos do Comitê de Investimentos, por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, o Comitê de Investimentos poderá deliberar, temporariamente, com um número de membros inferior ao previsto no *caput* deste artigo, até, no máximo, a próxima Assembléia Geral de Cotistas, quando o Comitê de Investimentos será recomposto.

Artigo 17. O Comitê de Investimentos terá como funções:

- I. determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- II. decidir e informar o GESTOR e o ADMINISTRADOR sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento em Títulos ou Valores Mobiliários e/ou em outros ativos, inclusive na hipótese de reinvestimento dos recursos provenientes de qualquer desinvestimento, observado o Artigo 9º, Parágrafo Único, e Artigo 10º, deste Regulamento, e sobre alterações na composição da carteira do FUNDO, observada a política de investimento do FUNDO;
- III. decidir sobre as questões relevantes de interesse do FUNDO, inclusive aumento de participação na Companhia Investida, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do FUNDO;
- IV. decidir sobre chamadas de capital para o FUNDO, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Artigo 36 deste Regulamento;
- V. decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião de sua liquidação, observado o Artigo 55 e Artigo 56 deste Regulamento;
- VI. acompanhar as atividades do ADMINISTRADOR e do GESTOR no cumprimento de suas obrigações referentes ao FUNDO;
- VII. aprovar previamente:
  - a. a contratação dos prestadores de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do FUNDO e de outros prestadores de serviços, inclusive serviços especializados de consultoria e assessoria que julgar necessários, nos termos do Artigo 7º e Artigo 13, § 1º, deste Regulamento;
  - b. a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pelo FUNDO;
  - c. a celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa a que se refere o Artigo 13, inciso XIV, deste Regulamento;
- VIII. autorizar a prática pelo ADMINISTRADOR de atos dependentes de aprovação do Comitê de Investimentos nos termos deste Regulamento;
- IX. fornecer ao ADMINISTRADOR as informações necessárias para a elaboração do parecer a que se refere o Artigo 13, inciso V, deste Regulamento, bem como os estudos e análises de investimento, e suas respectivas atualizações periódicas, a que se refere o Artigo 13, incisos VI e VII, deste Regulamento;





- X. indicar representantes para comparecer e votar em assembléias gerais e especiais da Companhia Investida e transmitir-lhes as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas assembléias; e
- XI. indicar membro(s) para ser(em) eleito(s) pelo FUNDO para o conselho de administração e/ou conselho fiscal da Companhia Investida e transmitir-lhe as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas reuniões do conselho de administração e/ou do conselho fiscal da Companhia Investida, conforme aplicável.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

4º OFÍCIO - RJ

Parágrafo Único. Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do FUNDO pelo desempenho de seus serviços.

Artigo 18. O Comitê de Investimentos reunir-se-á, no mínimo, 1 (uma) vez por ano e sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

§1º. As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas, por escrito, através de carta, fac-símile ou correio eletrônico, destinado a todos os seus membros, por qualquer membro do Comitê de Investimentos, pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com indicação de data, horário e local da reunião, e respectiva ordem do dia, dispensada a convocação quando estiverem presentes todos os membros.

§2º. As reuniões do Comitê de Investimentos poderão ser presenciais, ou realizadas por meio de vídeo ou teleconferência ou de consulta formal, observado o procedimento previsto no Artigo 22, §§ 1º e 2º, deste Regulamento, sendo instaladas com a presença da maioria dos seus membros.

§3º. As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria de votos dos seus membros presentes, cabendo a cada membro 1 (um) voto.

§4º. Das reuniões presenciais do Comitê de Investimentos serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais deverão ser assinadas pelos membros do Comitê de Investimentos presentes à reunião, sendo suficiente para a validade da ata a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir a maioria necessária à validade da deliberação, e entregues ao ADMINISTRADOR, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização; e das reuniões do Comitê de Investimentos por meio de vídeo ou teleconferência ou de consulta formal será lavrado ato do ADMINISTRADOR reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

Artigo 19. Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar ao ADMINISTRADOR, e este deverá informar aos cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o FUNDO, sendo que a atuação como diretor, membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, na Companhia Investida não importará qualquer restrição ou conflito com a atuação como membro do Comitê de Investimentos.

## Capítulo XI. Assembléia Geral de Cotistas

Artigo 20. Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- I. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR e escolha de seu substituto;





- IV. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;
- V. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas;
- VI. deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VII. deliberar sobre a alteração do *quorum* de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- VIII. deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do FUNDO;
- IX. deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento;
- X. deliberar sobre a redução do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento;
- XI. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por cotistas, observado o disposto no Artigo 13, § 2º, deste Regulamento;
- XII. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na liquidação do FUNDO;
- XIII. deliberar sobre a amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de cotas de emissão do FUNDO; e
- XIV. aprovar a alteração dos limites para despesas estabelecidos no Artigo 45, incisos IX e XI, deste Regulamento.

Artigo 21. As deliberações de Assembléia Geral de Cotistas serão tomadas por votos que representem a maioria dos presentes, correspondendo a cada cota um voto, salvo com relação às deliberações mencionadas nos incisos II a IX acima, que serão tomadas por votos que representem, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) dos presentes.

Artigo 22. A Assembléia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

§ 1º. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da consulta, para respondê-la.

§ 2º. Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do cotista.

Artigo 23. A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, alternativamente, mediante publicação no periódico utilizado para a publicação de informações do FUNDO, correspondência, telegrama, e-mail, fac-símile ou qualquer outro meio de comunicação inequívoca, encaminhado a cada um dos cotistas, contado o prazo do envio da comunicação aos cotistas. As convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e descrição das matérias a serem deliberadas.

§ 1º. A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

§ 2º. Os cotistas deverão manter atualizados perante o ADMINISTRADOR todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, fac-símile e e-mail, para fins de recebimento da comunicação mencionada no *caput* deste artigo, bem como de outras comunicações previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.



§ 3º. Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 24. A Assembléia Geral de Cotistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos cotistas que representem a maioria, no mínimo, das cotas emitidas pelo FUNDO e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único. Não se instalando a Assembléia Geral de Cotistas em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo a segunda convocação ser realizada juntamente com a primeira, ou, alternativamente, ser realizada consulta formal, na forma deste Regulamento.

Artigo 25. Poderão comparecer à Assembléia Geral de Cotistas, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral de Cotistas ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito ou perante a CETIP, conforme o caso, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

§ 1º. Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral de Cotistas.

§ 2º. Das deliberações adotadas em Assembléia Geral de Cotistas serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais serão assinadas pelos cotistas presentes, sendo suficiente para a validade da ata a assinatura de tantos cotistas quantos bastem para constituir a maioria necessária à validade da deliberação, e/ou terão a elas anexadas as manifestações de voto proferidas nos termos do parágrafo anterior, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registradas no livro próprio; e das deliberações adotadas por meio de consulta formal será lavrado ato do ADMINISTRADOR reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

Artigo 26. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

## Capítulo XII. Remuneração do Administrador

Artigo 27. Como remuneração de todos os serviços de que trata o Capítulo V, exceto os serviços de auditoria e de custódia, é devido pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e aos demais prestadores de serviços do FUNDO, a título de taxa de administração, o montante equivalente a:

- I. 0,20% a.a. (vinte centésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do FUNDO, se este for igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- II. 0,175% a.a. (cento e setenta e cinco milésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do FUNDO, se este for superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); ou
- III. 0,15% a.a. (quinze centésimos por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do FUNDO, se este for superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

§ 1º. Não obstante a forma de remuneração acima, o ADMINISTRADOR fará jus a uma remuneração mínima mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).



§ 2º. A remuneração prevista no *caput* deste artigo deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

§ 3º. O ADMINISTRADOR poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo ADMINISTRADOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada neste Regulamento.

§ 4º. Não será devida qualquer taxa de performance pelo FUNDO

§ 5º. Para fins desse Regulamento, "dia útil" significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente comercial ou bancário nacional.

### Capítulo XIII. Cotas, Negociação e Transferência

Artigo 28. As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, calculado nos termos deste Regulamento, e dividido pelo número total de cotas emitidas, terão a forma nominativa e serão escriturais.

§ 1º. A propriedade das cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista, ou por extrato expedido pela CETIP, conforme o caso.

§ 2º. As cotas assegurarão aos seus titulares direitos idênticos.

Artigo 29. Nenhum cotista que seja entidade fechada de previdência complementar poderá, isoladamente, deter mais de 25% (vinte e cinco por cento) das cotas emitidas pelo FUNDO, ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo, consideram-se pessoas ligadas ao cotista sua(s) patrocinadora(s) e respectivas controladoras, controladas (direta ou indiretamente), coligadas ou sociedades sob controle comum.

Artigo 30. As cotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados ("SFF"), ambos operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 31. As cotas do FUNDO poderão, ainda, ser transferidas, observadas as condições descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, do qual conste obrigatoriamente a quantidade e o valor das cotas, devendo ser registrado em cartório de títulos e documentos e apresentado ao ADMINISTRADOR e, se for o caso, à CETIP, como condição para a referida transferência.

§ 1º. As cotas do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização.

§ 2º. Os cessionários de cotas do FUNDO serão obrigatoriamente investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente e deverão aderir aos termos e condições do FUNDO, por meio da assinatura e entrega ao ADMINISTRADOR e à CETIP, se for o caso, dos documentos por estes exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como cotistas do FUNDO.

Artigo 32. Os cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de cotas do FUNDO, sempre com a indicação da quantidade e do valor das cotas adquiridas.



Parágrafo Único. Os documentos mencionados no *caput* deste artigo deverão ser apresentados ao ADMINISTRADOR por ocasião da liquidação do FUNDO ou da amortização das cotas, sendo que, no caso de não apresentação dos documentos, o ADMINISTRADOR reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do FUNDO) ou da amortização.

Artigo 33. Não haverá resgate de cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração, fixado no Artigo 4º deste Regulamento, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no Capítulo XV deste Regulamento.

#### Capítulo XIV. Emissão e Distribuição das Cotas

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RJ  
ANEXO AO DOCUMENTO ORIGINAL

Artigo 34. Serão emitidas e distribuídas, inicialmente, entre 350 (trezentas e cinquenta) e 700 (setecentas) cotas, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) o patrimônio inicial mínimo para funcionamento do FUNDO (“Patrimônio Inicial Mínimo”).

§ 1º. O prazo para a distribuição das cotas constitutivas do FUNDO, inclusive o Patrimônio Inicial Mínimo, é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro do FUNDO na CVM, prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

§ 2º. Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o Patrimônio Inicial Mínimo para funcionamento do FUNDO não seja atingido, as cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do FUNDO será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

§ 3º. O valor mínimo para subscrição por cotista é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que, exceto com relação ao disposto no Artigo 29 deste Regulamento, não haverá limite máximo por cotista para a subscrição de cotas do FUNDO.

Artigo 35. Novas distribuições de cotas do FUNDO dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral de Cotistas e registro – ou dispensa, conforme o caso – da oferta de distribuição na CVM.

§ 1º. A Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a realização de nova distribuição de cotas deverá estabelecer o prazo para a distribuição das respectivas cotas.

§ 2º. Na hipótese de nova distribuição de cotas, será utilizado como preço de emissão o valor apurado no fechamento do primeiro dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos pelos cotistas em favor do FUNDO ou de instituição financeira contratada para efetuar a respectiva distribuição das cotas, resultado da divisão do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas já emitidas, ou aquele que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral de Cotistas.

§ 3º. As ofertas de distribuição de cotas do FUNDO poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto, sendo que a não-apresentação de prospecto depende de prévia aprovação da CVM.

Artigo 36. Ao ingressar no FUNDO, cada cotista deverá celebrar um Instrumento Particular de Compromisso de Investimento (“Compromisso de Investimento”), que conterá todas as disposições referentes ao valor comprometido por cada cotista para integralização de cotas do FUNDO e a previsão expressa de que o ADMINISTRADOR, conforme orientação do Comitê de Investimentos, deverá, observado o disposto neste Regulamento, realizar chamadas de capital, as quais o investidor estará obrigado a honrar, de acordo com as regras constantes do Compromisso de Investimento e deste Regulamento.



As chamadas de capital serão realizadas com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis em relação à data limite para a integralização de cotas do FUNDO, mediante correspondência ou e-mail, encaminhada aos cotistas do FUNDO.

§ 2º. Salvo disposição diversa constante do respectivo Compromisso de Investimento, o valor a ser pago na integralização de cotas, em cada chamada de capital, deverá ser o preço de emissão das cotas, previsto no Artigo 34 e Artigo 35, § 2º, deste Regulamento, conforme o caso, corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou outro que vier a substituí-lo, mais 6% a.a. (seis por cento ao ano), *pro rata temporis*, pelo prazo compreendido entre a data da primeira integralização de cotas do FUNDO e a data da efetiva integralização das cotas.

§ 3º. Na ausência do IGP-M oficial na data da integralização das cotas, utilizar-se-á a prévia divulgada pela ANDIMA, para fins do cálculo *pro rata* para o mês corrente da integralização.

§ 4º. O prazo para a realização de chamadas de capital será o Período de Investimento, após o qual a obrigação do cotista estará automaticamente extinta, e as cotas não subscritas e integralizadas serão canceladas.

§ 5º. A assinatura pelo investidor do respectivo Compromisso de Investimento constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições deste Regulamento.

§ 6º. Novos Compromissos de Investimento poderão ser celebrados durante o Período de Investimento, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos.

Artigo 37. Durante o prazo de distribuição das cotas, o cotista deverá assinar um ou mais boletins de subscrição de cotas do FUNDO (“Boletim de Subscrição”), dos quais deverão constar:

- I. o nome e a qualificação do cotista;
- II. o número de cotas subscritas; e
- III. o preço de subscrição, o valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

Artigo 38. A integralização das cotas do FUNDO será realizada por meio de sistema operacionalizado pela CETIP, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED).

Parágrafo Único. No ato de cada integralização de cotas, o subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR ou emitido pela CETIP, conforme o caso.

Artigo 39. O cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO.

§ 1º. Na hipótese de o cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, os demais cotistas não responderão por tal inadimplemento.

§ 2º. Verificada a mora do cotista, o FUNDO promoverá contra o cotista processo de execução para cobrar as importâncias devidas a título de integralização de cotas, incluindo a correção monetária a que se refere o Artigo 36, § 2º, deste Regulamento, acrescidas da atualização monetária e multa previstas no *caput* deste artigo, servindo o Compromisso de Investimento, o Boletim de Subscrição e o aviso de chamada de capital como títulos extrajudiciais, nos termos do Código de Processo Civil.



§ 3º. As cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data indicada pelo ADMINISTRADOR para sua integralização, em cada chamada de capital, observados os termos e condições previstos neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas, sendo que, nesta hipótese, o FUNDO manterá o processo de execução em andamento para cobrança da atualização monetária e multa.

Artigo 40. As importâncias recebidas pelo FUNDO a título de integralização das cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do FUNDO, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos, no prazo de até 1 (um) dia útil a contar de seu recebimento, em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Parágrafo Único. Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo previsto no *caput* deste artigo, a parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não esteja investida de acordo com a política de investimento do FUNDO será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos cotistas, nas proporções das cotas por eles detidas, a título de amortização de cotas.

Artigo 41. Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos cotistas do FUNDO.

## **Capítulo XV. Amortização das Cotas e Pagamento de Rendimentos aos Cotistas**

Artigo 42. Os recursos provenientes da alienação dos Títulos ou Valores Mobiliários, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, assim como quaisquer valores recebidos pelo FUNDO, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições deste Regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela Assembléia Geral de Cotistas. Caberá ao ADMINISTRADOR tornar operacional a decisão da Assembléia Geral de Cotistas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º. As amortizações de cotas do FUNDO poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas; e
- II. envio pelo Comitê de Investimentos de eventuais informações que venham a ser necessárias, a critério do ADMINISTRADOR, para a operacionalização dos respectivos pagamentos aos cotistas.

§ 2º. Caso qualquer dos requisitos descritos no §1º acima não seja atendido, a amortização de cotas deverá, necessariamente, abranger rendimentos e juros.

§ 3º. Somente será permitida a amortização de cotas do FUNDO após 1 (um) ano, contado da data da primeira aquisição de Títulos ou Valores Mobiliários pelo FUNDO.

Artigo 43. As quantias atribuídas ao FUNDO a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pela Companhia Investida, serão distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento pelo FUNDO.

Artigo 44. As amortizações de cotas e os pagamentos de rendimentos aos cotistas serão realizados por meio de sistema operacionalizado pela CETIP, podendo, alternativamente, ser feitos por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED).



§ 1º. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de cotas, bem como na liquidação do FUNDO, devendo a respectiva Assembléia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos, observando-se, durante a vigência da CPMF, o disposto na Instrução CVM nº 394/03.

§ 2º. O FUNDO não poderá realizar amortizações de cotas e/ou pagamentos de rendimentos aos cotistas durante o período compreendido entre o envio de cada aviso de chamada de capital aos subscritores e a data limite para a integralização das respectivas cotas.

## Capítulo XVI. Encargos do Fundo

Artigo 45. Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR, prevista no Capítulo XII deste Regulamento, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléias Gerais de Cotistas, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- X. taxa de custódia dos Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos integrantes da carteira do FUNDO; e
- XI. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Único. Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.





## **Capítulo XVII. Patrimônio Líquido**

Artigo 46. O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades.

Artigo 47. A avaliação do valor da carteira do FUNDO será feita utilizando-se para cada título ou valor mobiliário integrante da carteira os critérios estabelecidos no anexo a este Regulamento.

Parágrafo Único. Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

## **Capítulo XVIII. Exercício Social e Demonstrações Contábeis**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

47 OFÍCIO - RJ

ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Artigo 48. O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

Artigo 49. O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do ADMINISTRADOR e das do GESTOR.

Artigo 50. As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do FUNDO prevista no Artigo 47 deste Regulamento.

Parágrafo Único. O FUNDO levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

## **Capítulo XIX. Informações ao Cotista e à CVM**

Artigo 51. O ADMINISTRADOR remeterá aos cotistas e à CVM:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
  - a. valor do patrimônio líquido do FUNDO, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento; e
  - b. número de cotas emitidas.
- II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
  - a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
  - b. demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM nº 391/03;
  - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 45 deste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
  - d. a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira.
- III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
  - a. as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;





- b. o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 45 deste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único. As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo ADMINISTRADOR aos cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Artigo 52. O ADMINISTRADOR deverá divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO, salvo com relação a informações sigilosas referentes às companhias objeto de investimento pelo FUNDO, obtidas pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva companhia.

Parágrafo Único. O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para cotistas ou terceiros.

## Capítulo XX. Período de Desinvestimento

Artigo 53. Durante o Período de Desinvestimento, o GESTOR, conforme orientação do Comitê de Investimentos, promoverá a liquidação dos investimentos na Companhia Investida, sendo que o produto oriundo de tal liquidação será destinado à amortização de cotas.

§ 1º. O GESTOR, conforme orientação do Comitê de Investimentos, poderá realizar o reinvestimento de parcela dos recursos obtidos nos termos do *caput* deste artigo em ativos líquidos, desde que para o fim exclusivo de manter reserva para o pagamento das despesas e obrigações do FUNDO, até o final do Prazo de Duração.

§ 2º. A liquidação dos investimentos na Companhia Investida poderá ser feita de uma das formas a seguir, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, a critério do Comitê de Investimentos, maior resultado para os cotistas:

- I. alienação em mercado de balcão não organizado, por meio de oferta pública inicial, ou não, de distribuição de ações de emissão da Companhia Investida, no Brasil, com ou sem esforços de colocação no exterior;
- II. alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil;
- III. exercício, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil, de opções de venda negociadas quando da realização dos investimentos ou em momento posterior; ou
- IV. alienação por meio de transações privadas.

§ 3º. Caso, ao final do Período de Desinvestimento, os investimentos do FUNDO na Companhia Investida não tenham sido integralmente liquidados, o ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre:

- I. a forma de liquidação desses ativos;
- II. a prorrogação do Período de Desinvestimento, para que o GESTOR tenha período adicional para liquidar esses ativos; ou
- III. os procedimentos para a utilização desses ativos como forma de pagamento pelo resgate das cotas do FUNDO, por ocasião de sua liquidação, observado o disposto no Artigo 56 deste Regulamento.



## **Capítulo XXI. Liquidação**

Artigo 54. O FUNDO entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 55. Por ocasião da liquidação do FUNDO, o GESTOR, conforme orientação do Comitê de Investimentos, promoverá a realização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e o produto resultante será entregue aos cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas cotas, na proporção de cada cotista no patrimônio líquido do FUNDO.

§ 1º. A realização dos ativos que compõem a carteira do FUNDO poderá ser feita mediante sua alienação por meio de transações privadas, alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão, resgate de aplicações financeiras ou outras formas, a critério do Comitê de Investimentos.

§ 2º. O ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso o GESTOR encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

Artigo 56. Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o ADMINISTRADOR poderá promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, na proporção do número de cotas do FUNDO detido por cada cotista, mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO como forma de pagamento pelo resgate das cotas, sendo, neste caso, tais ativos avaliados com base nos critérios estabelecidos no Artigo 47 deste Regulamento.

§ 1º. Caberá à respectiva Assembléia Geral de Cotistas estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

§ 2º. Na hipótese de resgate de cotas mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, durante a vigência da CPMF, será observado o disposto na Instrução CVM nº 394/03.

Artigo 57. A liquidação do FUNDO e a divisão de seu patrimônio entre os cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do FUNDO, conforme o caso.

Parágrafo Único. Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, o ADMINISTRADOR deverá promover o encerramento do FUNDO, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.

## **Capítulo XXII. Foro**

Artigo 58. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2009.



ANEXO

METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS INTEGRANTES DA CARTEIRA

Ativo	Fontes
Títulos Públicos	Os títulos públicos são avaliados de acordo com os preços unitários de títulos públicos divulgados pelo mercado secundário da ANDIMA.
Títulos Privados	<p>A metodologia de avaliação de títulos privados observa necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Caso o título possua taxa divulgada pela ANDIMA, a referida taxa é utilizada no cálculo do PU de mercado;</li><li>b) Caso o título não possua taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado corresponde à mediana dos preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</li><li>c) Quando os dados fornecidos no âmbito do inciso (b) não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o título é precificado usando a metodologia de precificação de monitoramento de spread de crédito por rating e intervalos de duration. O centro do intervalo é dado pela mediana dos spreads de crédito por rating e intervalo de duration calculado a partir de todos os dados coletados pelo departamento de precificação. A largura do intervalo (L) é de dois desvios padrão; e</li><li>d) Quando não houver dados que possibilitem a precificação de acordo com os incisos acima ou o fluxo de amortização do título não seja pré-definido, a avaliação ocorrerá segundo a curva de aquisição do título.</li></ul>
Valores Mobiliários de Renda Fixa	Os Valores Mobiliários de renda fixa integrantes da Carteira serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, pelo seu custo de aquisição atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas <i>pro rata temporis</i> .
Valores Mobiliários de Renda Variável	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas custo de aquisição.</p> <p>Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p>

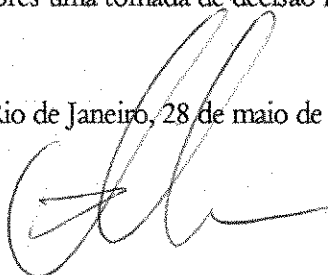


## DECLARAÇÃO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG, fundo de investimento em participações constituído em 5 de dezembro de 2007, com seu Regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.238.396/0001-84 ("Fundo"), neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, representada na forma de seu estatuto social; e BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., acima qualificada, na qualidade de instituição distribuidora de cotas do Fundo, vêm, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, declarar que: (i) o prospecto da segunda distribuição de cotas do Fundo: (a) contém as informações relevantes e necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das cotas do Fundo, do Fundo, de suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo, por ocasião de sua segunda distribuição de cotas, são verdadeiras, conscientes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2009.

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira  
Diretor-Presidente



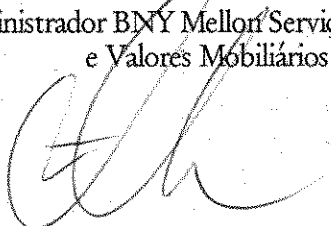
Luisa Sabota  
Procuradora

---

### FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG

Representado por seu Administrador BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira  
Diretor-Presidente



Luisa Sabota  
Procuradora

---

### BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Administrador e Distribuidor

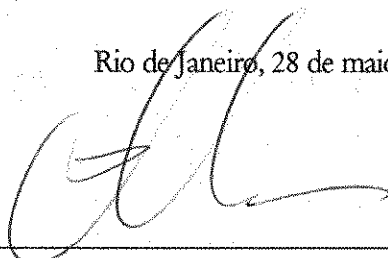


## DECLARAÇÃO

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora e distribuidora ("Instituição Distribuidora") da segunda oferta pública de cotas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG, fundo de investimento em participações constituído em 5 de dezembro de 2007, com seu Regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro ("Fundo"), vem, nos termos do Anexo III, item 8, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, declarar que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a segunda distribuição pública de suas cotas poderão ser obtidas com a Instituição Distribuidora e na CVM.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2009.

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira  
Diretor-Presidente



Lúcia Sabota  
Procuradora

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



## MODELO

### INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG

Pelo presente Instrumento Particular de Compromisso de Investimento (“Compromisso de Investimento”), as partes (individualmente, “Parte”, e, em conjunto, “Partes”):

[●], [qualificação] (“Investidor”); e

**Fundo de Investimento em Participações TAG**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.238.396/0001-84 (“Fundo”), neste ato representado por seu Administrador abaixo qualificado,

E como intervenientes anuentes (individualmente, “Interveniente”, e, em conjunto, “Intervenientes”):

**BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997 (“Administrador”); e

**BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.**, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401-403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.896.477/0001-09, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 9.428, de 23 de julho de 2007 (“Gestor”),

#### CONSIDERANDO QUE:

- a) O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM 391”), e seu regulamento foi registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2007, sob o nº 746682, tendo sido alterado e consolidado por deliberação do Administrador ou por Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, em 12, 13 e 18 de dezembro de 2007, 8 de janeiro e 12 e 19 de março de 2008, e 4 de maio de 2009, que se encontram devidamente registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12, 13 e 18 de dezembro de 2007, 8 de janeiro e 18 e 19 de março de 2008, e 8 de maio de 2009, sob os nºs 747315, 747450, 747784, 748990, 753722, 753901 e 781094, respectivamente (“Regulamento”);
- b) O Fundo foi registrado perante a CVM, conforme OFÍCIO/CVM/SRE/2506/2008, em 28 de dezembro de 2007, estando apto a funcionar;

## MODELO

- c) A segunda oferta pública de distribuição primária de cotas do Fundo foi aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas do Fundo em 4 de maio de 2009, e registrada perante a CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2009/009, em 16 de junho de 2009, estando o Fundo autorizado a emitir entre 10 (dez) e 350 (trezentas e cinquenta) novas cotas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou outro que vier a substituí-lo, mais 6% a.a. (seis por cento ao ano), *pro rata temporis*, a contar da data da primeira integralização de cotas do Fundo, realizada em janeiro de 2008;
- d) O Administrador exerce a administração do Fundo, nos termos de seu Regulamento;
- e) O Gestor exerce a gestão da carteira do Fundo, nos termos de seu Regulamento;
- f) O Investidor é investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores (“Instrução CVM 409”) (“Investidor Qualificado”), estando apto e tendo interesse em realizar investimentos no Fundo;

Têm entre si justo e acordado firmar o presente Compromisso de Investimento, que se regerá de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Este Compromisso de Investimento é documento acessório ao Regulamento, na forma em que estiver em vigor e conforme as alterações que forem efetuadas de tempos em tempos.
- 1.2. Ao firmar o presente Compromisso de Investimento, o Investidor reconhece, declara e afirma ter lido, entendido e concordado integralmente com todos os termos e condições do Regulamento, especialmente aqueles referentes à política de investimento, estando ciente de todas as características, direitos e deveres vinculados às cotas a serem subscritas e integralizadas nos termos deste Compromisso de Investimento, bem como de todos os riscos decorrentes desta modalidade de investimento.
- 1.3. Os termos utilizados em maiúscula e não definidos neste Compromisso de Investimento terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

- 2.1. O Investidor, neste ato, compromete-se perante o Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) cotas de emissão do Fundo, ao preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) por cota (“Preço de Emissão”) (“Valor Comprometido”).

## MODELO

- 2.2. O Preço de Emissão será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou outro que vier a substituí-lo, mais 6% a.a. (seis por cento ao ano), *pro rata temporis*, pelo prazo compreendido entre a data da primeira integralização de cotas do Fundo, realizada em janeiro de 2008, e a data da efetiva integralização das cotas (“Correção Monetária”).
- 2.3. O Valor Comprometido, acrescido da Correção Monetária, conforme o caso, deverá ser integralizado à vista ou mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo Administrador, conforme orientação do Comitê de Investimentos, as quais o Investidor estará obrigado a honrar.
- 2.4. O Investidor confessa dever ao Fundo o valor total a integralizar previsto na cláusula 2.1 acima, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, a aportar tais recursos ao Fundo na data definida pelo Administrador, conforme chamadas de capital, mediante integralização total ou parcial das cotas por ele subscritas.
- 2.5. A subscrição de cotas a que se refere a cláusula 2.1 acima deverá ocorrer durante o prazo de distribuição das cotas objeto da segunda oferta pública de distribuição do Fundo, que é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de registro da segunda oferta pública de distribuição primária de cotas do Fundo na CVM, prorrogável mediante aprovação de nova Assembleia Geral de Cotistas.
- 2.6. Caso, findo o prazo de distribuição das cotas, o Investidor, justificadamente, não tenha subscrito a totalidade das cotas indicada na cláusula 2.1 acima, a obrigação do Investidor de subscrever as cotas remanescentes estará automaticamente extinta, e as cotas não subscritas serão canceladas, sendo que o Valor Comprometido ficará reduzido ao valor das cotas efetivamente subscritas pelo Investidor.
- 2.7. A obrigação de integralizar as cotas subscritas nos termos deste Compromisso de Investimento perdurará durante o Período de Investimento, após o qual o Administrador não mais poderá realizar as chamadas de capital previstas na cláusula 2.3 acima, exceto na hipótese de prorrogação do Período de Investimento, nos termos do Regulamento.
- 2.8. Caso, findo o Período de Investimento, o Administrador não tenha realizado chamadas de capital para a integralização de todo o Valor Comprometido nos termos das cláusulas acima, a obrigação do Investidor estará automaticamente extinta, e as cotas não integralizadas serão canceladas, não sendo mais possível a cobrança do Valor Comprometido que não tenha sido integralizado.

### CLÁUSULA TERCEIRA - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

- 3.1. O Investidor será chamado pelo Administrador a integralizar as cotas correspondentes ao Valor Comprometido, acrescido da Correção Monetária, por meio de chamadas de capital, sempre que o Comitê de Investimentos entender pela necessidade de aportes de recursos no Fundo, para fazer frente a eventuais despesas do Fundo ou para novos investimentos, segundo a política de investimento do Fundo.



## MODELO

- 3.2. As chamadas de capital deverão ocorrer mediante o envio, pelo Administrador ao Investidor, de correspondência ou e-mail, com informações sobre (i) a quantidade e o valor total das cotas a serem integralizadas, considerando a Correção Monetária, (ii) a data limite para a integralização das cotas, e (iii) os dados para transferência dos recursos referentes à integralização (“Comunicação de Chamada de Capital”).
- 3.3. O prazo para a integralização das cotas será de até 5 (cinco) dias úteis, contado do envio da referida Comunicação de Chamada de Capital ao Investidor.
- 3.4. Cada cota objeto do presente Compromisso de Investimento será subscrita ao Preço de Emissão e integralizada ao Preço de Emissão acrescido da Correção Monetária.
- 3.5. As cotas serão subscritas mediante a assinatura pelo Investidor do respectivo Boletim de Subscrição, conforme o modelo anexo ao presente Compromisso de Investimento, e deverão ser integralizadas, a cada chamada de capital, por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), sistema operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), ou, alternativamente, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta do Fundo, sendo que as informações para a transferência dos recursos constarão da respectiva Comunicação de Chamada de Capital.
- 3.6. No ato de cada integralização de cotas, o Investidor receberá comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, devidamente autenticado pelo Administrador ou emitido pela CETIP, conforme o caso.

### CLÁUSULA QUARTA - DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO INVESTIDOR

- 4.1. O Investidor, neste ato, declara:
  - I. ter recebido todas as informações necessárias à decisão de firmar o presente Compromisso de Investimento, bem como ter recebido e lido cópia integral dos seguintes documentos:
    - a. Regulamento;
    - b. Breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador e do Gestor; e
    - c. Documento indicando claramente as despesas relacionadas ao Fundo e à subscrição de cotas do Fundo.
  - II. ter ciência de que a assinatura do presente Compromisso de Investimento constitui sua expressa concordância em caráter irrevogável e irretratável com todos os termos, cláusulas e condições do Regulamento, cujas normas regem as atividades do Fundo, e caracteriza a sua obrigação de realizar, a partir da presente data, aportes de capital na forma prevista no Regulamento e no presente Compromisso de Investimento;
  - III. concordar, expressamente, com a outorga de poderes ao Administrador para, observadas as limitações legais e do Regulamento, praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos

## MODELO

poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários e à carteira de investimentos do Fundo, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, e adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários e, ainda, com a possibilidade de o Administrador delegar parte destes poderes ao Gestor, na forma prevista no Regulamento;

- IV. ter ciência de que as cotas terão registro para negociação no mercado secundário no SFF, operacionalizado pela CETIP, e poderão, ainda, ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, desde que estejam integralizadas ou, caso não estejam, se o titular das cotas assumir, por escrito, solidariamente com o terceiro ao qual as cotas estejam sendo transferidas, todas as obrigações deste perante o Fundo, no tocante à integralização das cotas objeto da transferência, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, do qual conste obrigatoriamente a quantidade e o valor das cotas, devendo ser registrado em cartório de títulos e documentos e apresentado ao Administrador e, se for o caso, à CETIP, como condição para a referida transferência;
- V. ser Investidor Qualificado, possuindo conhecimento suficiente sobre o mercado financeiro e de capitais para que determinadas proteções legais e regulamentares conferidas a investidores não-qualificados não lhe sejam aplicáveis e sendo capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em um fundo de investimento em participações destinado, exclusivamente, a Investidores Qualificados, como o Fundo, comprometendo-se, por meio do presente Compromisso de Investimento a informar ao Administrador caso venha a perder sua condição de Investidor Qualificado;
- VI. ter ciência de que os investimentos realizados no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer mecanismo de seguro e que, por tratar-se de um investimento de alto risco, pode resultar na não obtenção de lucros, havendo a possibilidade de perda parcial ou total do capital investido;
- VII. ter pleno conhecimento das disposições da Lei nº 9.613/98 e legislação complementar em vigor, estando ciente de que as operações em fundos de investimento no mercado financeiro estão sujeitas ao controle do Banco Central do Brasil e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos cotistas, comprometendo-se, ainda, a fornecer ao Administrador, quaisquer informações adicionais que este julgar relevantes para justificar suas movimentações financeiras;
- VIII. se obrigar a manter sua documentação pessoal e informações cadastrais atualizadas, de acordo com as regras vigentes, em especial no que se refere a seu endereço e e-mail, que serão utilizados pelo Administrador e/ou pelo Gestor como veículos para prestação de informações sobre o Fundo, manifestando sua aquiescência expressa ao fato de que o Administrador não poderá realizar o pagamento de quaisquer valores a seu favor caso haja omissão na documentação;
- IX. concordar expressamente com a possibilidade de o Administrador fornecer ao

## MODELO

Gestor cópia da documentação pessoal e informações cadastrais mencionadas no item VIII acima, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às suas movimentações;

- X. se obrigar a prestar ao Administrador quaisquer informações adicionais que este julgar relevante para justificar suas movimentações financeiras;
- XI. ter ciência de que os recursos correspondentes ao capital ora comprometido serão utilizados pelo Fundo para investimento em ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão da DBTrans S.A e/ou outros ativos de acordo com a política de investimento prevista no Regulamento do Fundo; e
- XII. ter ciência de que o Fundo é um fundo fechado, sem possibilidade de resgates, a não ser pelo término do Prazo de Duração, ou pela liquidação do Fundo, e suas cotas poderão ter baixa liquidez.

### CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES

- 5.1. Qualquer atraso do Investidor em realizar a integralização de cotas na data prevista em cada Comunicação de Chamada de Capital, de acordo com os termos do presente Compromisso de Investimento e do respectivo Boletim de Subscrição, conforme o caso, resultará na cobrança de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo, sem prejuízo das obrigações de indenizar previstas na Cláusula Sexta deste Compromisso de Investimento.
- 5.2. Verificada a mora do Investidor, o Fundo promoverá contra ele processo de execução para cobrar as importâncias devidas a título de integralização de cotas, incluindo, se for o caso, a Correção Monetária, acrescidas da atualização monetária e multa previstas na cláusula acima, servindo o presente Compromisso de Investimento, o respectivo Boletim de Subscrição e a Comunicação de Chamada de Capital como títulos extrajudiciais, nos termos do Código de Processo Civil.
- 5.3. As cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data indicada pelo Administrador para sua integralização, em cada Comunicação de Chamada de Capital, observados os termos e condições previstos neste Compromisso de Investimento, no respectivo Boletim de Subscrição e no Regulamento, serão automaticamente canceladas, sendo que, nesta hipótese, o Fundo manterá o processo de execução em andamento para cobrança da atualização monetária e multa.

### CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

- 6.1. O Investidor responsabiliza-se por todo e qualquer dano devidamente comprovado que venha a causar ao Fundo, ao Administrador e/ou ao Gestor, em função da prática de ato em desacordo com o disposto neste Compromisso de Investimento.

## MODELO

- 6.2. O Investidor concorda em isentar de responsabilidade o Fundo e o Administrador, além de seus diretores e empregados, e indenizá-los por quaisquer perdas, danos, obrigações e despesas incorridas, comprovadamente resultantes, direta ou indiretamente, do inadimplemento das obrigações do Investidor contempladas no presente Compromisso de Investimento.
- 6.3. Cada uma das Partes compromete-se a indenizar a outra Parte pelas perdas e danos, devidamente comprovados, que tenham causado, em razão do descumprimento deste Compromisso de Investimento, inclusive aqueles relativos a quaisquer custos ou despesas para a defesa de seus direitos e interesses.

### CLÁUSULA SÉTIMA - COMUNICAÇÕES

- 7.1. Todos os documentos e comunicações a serem enviados a qualquer das Partes e/ou Intervenientes, nos termos do presente Compromisso de Investimento, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. Para o Investidor:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
At.: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
Fax: \_\_\_\_\_  
e-mail: \_\_\_\_\_

II. Para o Fundo:

Fundo de Investimento em Participações TAG  
A/C BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.  
Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares  
CEP: 20.030-905  
At.: Carla Lopes  
Telefone: (21) 3219-2618  
Fax: (21) 3974-4501  
e-mail: fip@bnymellon.com.br

III. Para o Administrador:

BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.  
Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares  
CEP: 20.030-905  
At.: Carla Lopes  
Telefone: (21) 3219-2618  
Fax: (21) 3974-4501  
e-mail: fip@bnymellon.com.br

**IV. Para o Gestor:**

BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.  
Endereço: Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401-403  
CEP: 22430-042  
At.: Sergio Lima  
Telefone: (21) 3219-2401 / 3219-2402  
Fax: (21) 3219-2501  
e-mail: cashmanagement@bnymellon.com.br

**CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 8.1. As Partes e Intervenientes celebram este Compromisso de Investimento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, tempestivo e integral cumprimento por si e por seus sucessores a qualquer título.
- 8.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso de Investimento será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes e Intervenientes, condicionada, ainda, a aprovação prévia da Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses em que a alteração diferir de qualquer das disposições do Regulamento.
- 8.3. O eventual não exercício de direitos previstos neste Compromisso de Investimento não implicará novação ou renúncia, e não excluirá o exercício, a qualquer tempo, de tais direitos.
- 8.4. Na hipótese de qualquer disposição deste Compromisso de Investimento vir a ser considerada inválida, as demais disposições contratuais continuarão a vincular as Partes e Intervenientes, devendo estas, de boa-fé, acordar na substituição das disposições invalidadas de forma a atingir, na medida do possível, os objetivos visados nestas últimas.

**CLÁUSULA NONA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 9.1. O presente Compromisso de Investimento começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o Período de Investimento, restando válidas as obrigações aqui previstas até o seu integral cumprimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - LEI E FORO**

- 10.1. O presente Compromisso de Investimento é regido pela lei brasileira.
- 10.2. Para qualquer ação ou processo judicial derivado ou relacionado com o presente Compromisso de Investimento, as Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

## MODELO

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes e Intervenientes o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e efeito, perante duas testemunhas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

INVESTIDOR

---

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG

### INTERVENIENTES:

---

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

---

BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA.

Testemunhas:

---

Nome:

R.G.:

---

Nome:

R.G.:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS  
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA  
Av. Presidente Wilson, 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Rio de Janeiro, RJ – CNPJ nº 02.201.501/0001-62

BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA.  
INSTITUIÇÃO GESTORA  
Av. Borges de Medeiros, nº633, salas 401-403, Rio de Janeiro/RJ – CNPJ/MF nº 08.896.477/0001-09

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS Nº

QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

NOME / RAZÃO SOCIAL				CPF / CNPJ	
ESTADO CIVIL	DATA NASC.	PROFISSÃO	NACIONALIDADE	DOC. IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
ENDEREÇO					FAX
BAIRRO	CEP	CIDADE	ESTADO	PAÍS	TELEFONE
E-MAIL					
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (SE HOUVER)				CPF / CNPJ	
ENDEREÇO				DOC. IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
BAIRRO	CEP	CIDADE	ESTADO	FAX	TELEFONE
E-MAIL					

COTAS SUBSCRITAS

QUANTIDADE DE COTAS	VALOR UNITÁRIO
	100.000,00 (cem mil reais)
VALOR TOTAL (sem correção monetária)	
PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO	
PERÍODO DE INVESTIMENTO PREVISTO NO REGULAMENTO DO FUNDO	
FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	

INSTRUÇÕES PARA A INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS

(I) O SUBSCRITOR SERÁ CHAMADO A APORTAR RECURSOS AO FUNDO, MEDIANTE A INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS ORA SUBSCRITAS, SEMPRE QUE O COMITÊ DE INVESTIMENTOS DECIDIR PELA NECESSIDADE DE CHAMADAS DE CAPITAL, PARA FAZER FRENTE A EVENTUAIS DESPESAS DO FUNDO OU PARA NOVOS INVESTIMENTOS, SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, NOS TERMOS DE SEU REGULAMENTO.

(II) OBSERVADO O DISPOSTO ACIMA, ASSIM COMO NO REGULAMENTO DO FUNDO, A SOLICITAÇÃO DO ADMINISTRADOR, CONFORME INSTRUÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, AO SUBSCRITOR, PARA INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS SUBSCRITAS, (A) PODERÁ OCORRER A QUALQUER MOMENTO, A PARTIR DA DATA DE SUBSCRIÇÃO DAS COTAS E ATÉ O ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE INVESTIMENTO DO FUNDO, QUE SERÁ O PERÍODO DE 5 (CINCO) ANOS, CONTADOS DA DATA DA PRIMEIRA INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DO FUNDO, PODENDO TAL PERÍODO SER PRORROGADO, CONFORME DEFINIDO NO ARTIGO 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DO REGULAMENTO DO FUNDO, E (B) SE DARÁ POR MEIO DE ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OU E-MAIL AO SUBSCRITOR, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS DA DATA LIMITE PARA A RESPECTIVA

INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS. AO RECEBER A COMUNICAÇÃO DE CHAMADA DE CAPITAL, O SUBSCRITOR SERÁ OBRIGADO A EFETUAR O REFERIDO PAGAMENTO, NO VALOR INDICADO PELO ADMINISTRADOR, SEMPRE OBEDECENDO O DISPOSTO NO REGULAMENTO DO FUNDO.

(III) O COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS ORA SUBSCRITAS PERDURARÁ DURANTE TODO O PERÍODO DE INVESTIMENTO DO FUNDO. CASO, FINDO ESTE PERÍODO, O ADMINISTRADOR NÃO TENHA SOLICITADO O APORTE DO VALOR TOTAL SUBSCRITO PELO COTISTA, A OBRIGAÇÃO DO SUBSCRITOR ESTARÁ AUTOMATICAMENTE EXTINTA, E NÃO SERÁ MAIS POSSÍVEL A COBRANÇA A TÍTULO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS SUBSCRITAS QUE NÃO TENHAM SIDO INTEGRALIZADAS.

(IV) CONFORME PREVISTO NO REGULAMENTO DO FUNDO, AS COTAS ORA SUBSCRITAS SERÃO INTEGRALIZADAS PELO PREÇO DE EMISSÃO INDICADO ACIMA, CORRIGIDO MONETARIAMENTE PELA VARIAÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO, DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV (“IGP-M”), OU OUTRO QUE VIER A SUBSTITUÍ-LO, MAIS 6% A.A. (SEIS POR CENTO AO ANO), *PRO RATA TEMPORIS*, PELO PRAZO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA PRIMEIRA INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DO FUNDO, REALIZADA EM JANEIRO DE 2008, E A DATA DA EFETIVA INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS.

(V) A INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS SUBSCRITAS SERÁ REALIZADA POR MEIO (A) DO MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS (“MDA”), SISTEMA OPERACIONALIZADO PELA CETIP, OU (B) DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DISPONÍVEL (TED) PARA A CONTA DO FUNDO.

(VI) NO ATO DE CADA INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS, O SUBSCRITOR RECEBERÁ COMPROVANTE DE PAGAMENTO REFERENTE À RESPECTIVA INTEGRALIZAÇÃO, DEVIDAMENTE AUTENTICADO PELO ADMINISTRADOR OU EMITIDO PELA CETIP, CONFORME O CASO.

## **DECLARAÇÕES E IDENTIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR**

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES EXPRESSAS NO PRESENTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO, FIRMADO EM CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, COMPROMETENDO-ME A INTEGRALIZAR O VALOR TOTAL DAS COTAS POR MIM SUBSCRITAS, INDICADO ACIMA.

DECLARO, AINDA:

I) TER RECEBIDO GRATUITAMENTE O REGULAMENTO DO FUNDO, COMO PRÉ-REQUISITO PARA A ASSINATURA DESTES BOLETIM, NÃO TENDO DÚVIDAS QUANTO AOS TERMOS DE TAL INSTRUMENTO, CONCORDANDO INTEGRALMENTE COM OS SEUS TERMOS, CLÁUSULAS E CONDIÇÕES, E MANIFESTANDO MINHA ADESÃO IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL.

II) TER RECEBIDO, NESTE ATO, INFORMAÇÕES ACERCA DA QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS INTEGRANTES DO CORPO TÉCNICO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR.

III) ESTAR DE ACORDO COM AS REGRAS DE APLICAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, RESGATE E DEMAIS PROCEDIMENTOS DISPOSTOS NO REGULAMENTO DO FUNDO.

IV) CONCORDAR COM A OUTORGA DE PODERES AO ADMINISTRADOR DO FUNDO PARA, OBSERVADAS AS LIMITAÇÕES LEGAIS E DO REGULAMENTO, PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS À ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE SERVIÇOS RELACIONADOS DIRETA OU INDIRETAMENTE AO SEU FUNCIONAMENTO E À SUA MANUTENÇÃO, PODENDO, DESSA FORMA, EXERCER TODOS OS DIREITOS INERENTES AOS TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E À CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, ABRIR, MOVIMENTAR E ENCERRAR CONTAS BANCÁRIAS, ADQUIRIR E ALIENAR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, CONFORME ORIENTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, NA FORMA PREVISTA NO REGULAMENTO.

V) ESTAR CIENTE DE TODOS OS RISCOS ENVOLVIDOS NO INVESTIMENTO ORA PROPOSTO, ESTANDO ESTES DE ACORDO COM A MINHA SITUAÇÃO FINANCEIRA, O MEU PERFIL DE RISCO E A MINHA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO.

VI) ESTAR CIENTE DE QUE, EM VIRTUDE DA NATUREZA DO INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, OS ATIVOS COMPONENTES DA CARTEIRA DO FUNDO PODERÃO TER LIQUIDEZ SIGNIFICATIVAMENTE BAIXA, EM COMPARAÇÃO A OUTRAS MODALIDADES DE INVESTIMENTO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO; E QUE, EM VIRTUDE DO PRÓPRIO OBJETIVO DO FUNDO, SUA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS SERÁ CONCENTRADA NOS ATIVOS DESCRITOS NO REGULAMENTO DO FUNDO, DE FORMA QUE O RISCO DE SEUS INVESTIMENTOS ESTARÁ DIRETAMENTE RELACIONADO À PERFORMANCE DA COMPANHIA ALVO.

VII) ESTAR CIENTE DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E DE PERDA TOTAL DO CAPITAL INVESTIDO NO FUNDO.

VIII) ESTAR CIENTE DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO FUNDO ADOTADA PELO ADMINISTRADOR.

IX) ESTAR CIENTE DE QUE A EXISTÊNCIA DE RENTABILIDADE/PERFORMANCE DO FUNDO E/OU DE OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

X) ESTAR CIENTE DE QUE AS APLICAÇÕES REALIZADAS NO FUNDO E/OU EM FUNDOS DE INVESTIMENTO EM QUE O FUNDO EVENTUALMENTE APLIQUE SEUS RECURSOS NÃO CONTAM COM GARANTIA DE SEU ADMINISTRADOR, DE SEU GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO E/OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

XI) QUE OS RECURSOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO NÃO SERÃO ORIUNDOS DE QUAISQUER PRÁTICAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS COMO CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO.

XII) SER INVESTIDOR QUALIFICADO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR, E QUE INFORMAREI AO ADMINISTRADOR DO FUNDO CASO VENHA A DEIXAR DE ATENDER A ESTA CONDIÇÃO.



<p>XIII) POSSUIR CONHECIMENTO SOBRE O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS SUFICIENTE PARA QUE NÃO SEJAM APLICÁVEIS UM CONJUNTO DE PROTEÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES CONFERIDAS AOS INVESTIDORES NÃO-QUALIFICADOS.</p> <p>XIV) COMO INVESTIDOR QUALIFICADO, SER CAPAZ DE ENTENDER, PONDERAR E ASSUMIR OS RISCOS FINANCEIROS RELACIONADOS À APLICAÇÃO DE MEUS RECURSOS EM UM FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES DESTINADO A INVESTIDORES QUALIFICADOS.</p> <p>XV) TER CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA EM FINANÇAS E NEGÓCIOS SUFICIENTES PARA AVALIAR OS RISCOS E O CONTEÚDO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS E QUE SOU CAPAZ DE ASSUMIR TAIS RISCOS.</p> <p>XVI) QUE TIVE AMPLO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES QUE JULGUEI NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A DECISÃO DE INVESTIMENTO, NOTADAMENTE AQUELAS NORMALMENTE FORNECIDAS NO REGULAMENTO.</p> <p>XVII) TER RECEBIDO DOCUMENTO DE QUE CONSTEM AS DESPESAS COM COMISSÕES OU TAXAS DE SUBSCRIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E OUTRAS QUE TENHAM QUE SER ARCADAS PELO COTISTA, BEM COMO O NOME DO AUDITOR INDEPENDENTE.</p> <p>ADICIONALMENTE, RESPONSABILIZO-ME PELA VERACIDADE DAS DECLARAÇÕES AQUI PRESTADAS, BEM COMO POR RESSARCIR O ADMINISTRADOR E/OU O GESTOR DE QUAISQUER PREJUÍZOS (INCLUINDO PERDAS E DANOS) DECORRENTES DE FALSIDADE, INEXATIDÃO OU IMPRECISÃO DAS MESMAS.</p>	
LOCAL / DATA	ASSINATURA DO SUBSCRITOR OU DO REPRESENTANTE LEGAL

**CONFIRMAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO EFETIVADA**

LOCAL / DATA	ASSINATURA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA	
TESTEMUNHAS	1.	2.
CPF:	CPF:	CPF:

**1ª VIA SUBSCRITOR; 2ª VIA ADMINISTRADOR**